

Como estava o Brasil no início do governo de Juscelino Kubitschek?

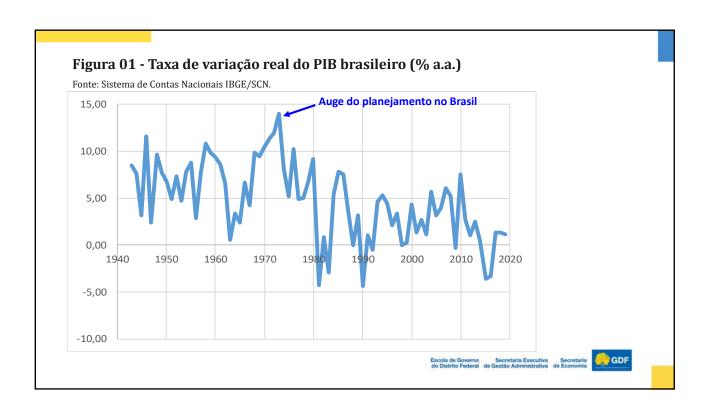
Juscelino Kubitschek entrevistado, 1975 (ver a partir de 5:20 minutos) https://www.youtube.com/watch?v=3IYRTYiL9 A

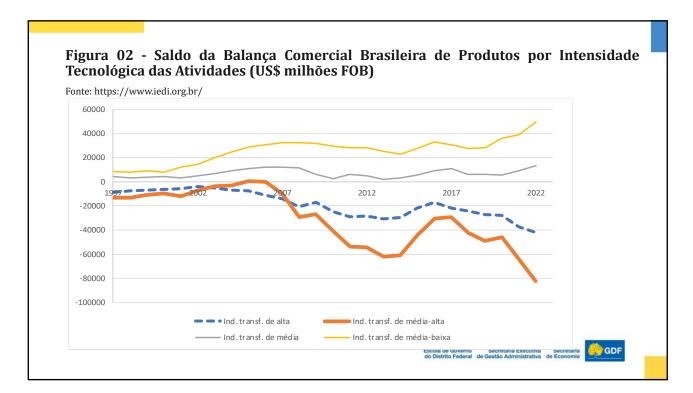
A expectativa de vida no Brasil em 1920 era de 34 anos;

78% dos coreanos eram analfabetos em 1945 quando o país se tornou independente do Japão. (KIM, 2015, p. 21; 100). Guerra da Coréia entre 1950 e 1953.

A financeirização da economia, estudada por autores como William Lazonick.







....existe, no Brasil de hoje, uma espécie de ojeriza, de repúdio a pensar sistematicamente as coisas, a ter um pensamento globalizante. A hegemonia do pensamento neoclássico, neoliberal acabou com a possibilidade de pensarmos um PROJETO NACIONAL; em planejamento governamental, então, nem se fala... O Brasil precisa se pensar de novo. partir para uma verdadeira reconstrução. Para mim, o que preza é a POLÍTICA. Essa coisa microeconômica é um disparate completo, mas é a doutrina que prevalece no mundo e no Brasil. Não espero que haja o milagre da superação desse pensamento pequeno, pois hoje em dia não tem ninguém que lidere essa luta ideológica. Todo mundo foge dessa confrontação ideológica. Planejar o presente e o futuro do país passou a ser coisa do passado. COMO VOCÊ PODE DIRIGIR UMA SOCIEDADE SEM SABER PARA ONDE VAI? O mercado é quem decide tudo. O país passou a ser visto como uma empresa. Isso é um absurdo... Hoje, ignora-se a POLÍTICA, a macroeconomia é usada para suavizar o mercado. A POLÍTICA passa a não ter nada a ver com a economia, separa-se uma coisa da outra e isto leva à situação que temos ... O Brasil acumulou muito atraso, e esse atraso deveu-se à falta de **POLÍTICA**... Se existisse somente uma intervenção positiva, seria a intervenção do Estado no sentido de aumentar os investimentos, de forçar a sociedade a investir mais. O desenvolvimento é uma construção da sociedade, mas é preciso que ela tenha vontade de fazê-lo..." Celso Furtado, na Mesa Redonda sobre Diálogo Social e Desenvolvimento do CDES, realizada em Brasília, em Agosto de 2004, três meses antes de seu falecimento.

Apontamentos de GARCIA, Ronaldo Coutinho; CARDOSO JR., José Celso. Subsídios para Repensar o Sistema Federal de Planejamento. Texto para Discussão do IPEA nº 2061, Brasília, marco de 2015.

Os instrumentos de planejamento criados pela Constituição Federal de 1988 (CF/1988) têm sofrido diversas interpretações e experimentado variadas tentativas de aplicação prática sem, no entanto, se afirmarem de maneira mais duradoura e sem conquistarem adesões políticas e intelectuais que os legitimem e os transformem em efetivos mecanismos de condução dos processos de governo. Ao longo desse quarto de século, assistiu-se ao desprestigiar progressivo da função planejadora e um claro enfraquecimento da capacidade de governar. (GARCIA; CARDOSO JR., 2015, p. 09).

Não são poucos os que afirmam que o planejamento governamental morreu junto com o fim da ditadura militar e que agora é a hora da gestão. Entendem o planejamento público como um reducionista processo de comando e controle, necessariamente autoritário e impossível de ser exercitado em ambientes democráticos. (GARCIA; CARDOSO JR., 2015, p. 09).

Escola de Governo Secretaria Executiva Secretaria do Distrito Federal de Gestão Administrativa de Economia



Em quase todos os ambientes, é possível perceber relatos explícitos de que o planejamento público vem apresentando grandes lacunas. Há também uma demanda implícita manifesta na ausência de sinergia entre projetos e atividades, no desencontro de iniciativas, na superposição de ações, na ocorrência sistemática de atrasos, no agir sem oportunidade, nos indícios de ineficiência, no faz-desfaz, MEDIDAS TÓPICAS PARA PROBLEMAS ESTRUTURAIS, nos anúncios chamativos que não produzem consequências. São muitas as reclamações sobre a ausência de um planejado ordenamento das competências entre as diversas instâncias decisórias do aparato do Poder Executivo federal. Existe um clamor sussurrado, mas ouvido alto nos corredores dos prédios da Esplanada dos Ministérios, POR COORDENAÇÃO INTRAGOVERNAMENTAL, que as circunstâncias impedem tornar explícitos. (GARCIA; CARDOSO JR., 2015, p. 12).



Incompreensão sobre a importância do Planejamento:

O planejamento governamental no Brasil padece de alguns MALES: há uma considerável INCOMPREENSÃO sobre o lugar que ele deve ocupar na condução política dos processos de transformação social, em sentido amplo e em oposição a tudo que não é natural. Daí que não é demandado e NÃO SE BUSCA SEU **DESENVOLVIMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO**. A experiência nacional e internacional revela que tais desenvolvimentos acontecem por conta de esforços intelectuais e operacionais empreendidos no interior dos próprios governos para resolver problemas decorrentes da prática de governar, NÃO SENDO MUITO SIGNIFICATIVA A CONTRIBUIÇÃO ORIUNDA DAS ACADEMIAS. (GARCIA; CARDOSO JR., 2015, p. 29).

Escola de Governo Secretaria Executiva Secretaria de Distrito Federal de Gestão Administrativa de Economia



Apontamentos de RESENDE, Fernando. Planejamento no Brasil: auge, declínio e caminhos para a reconstrução. Textos para Discussão CEPAL/IPEA, LC/BRS/R.232, 2010.

Resende (2010), ao se referir a sistemas de planejamento no Brasil, está se referindo principalmente ao Sistema de Planejamento Federal instituído mediante o Decreto nº 71.353, de 9 de novembro de 1972. Há também a Lei nº 6.036, de 01 de maio de 1974, que converteu o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral em Secretaria de Planejamento da Presidência da República – SEPLAN.

O Sistema de Planejamento em vigor, na década de 1970, alcançava todas as dimensões relevantes da ação governamental. Os colegiados desempenhavam papel relevante na administração federal, exercendo não apenas as funções de órgãos deliberativos, mas também funções executivas relevantes para a condução da política de desenvolvimento. (RESENDE, 2010, p. 15).



Nesse sistema, o plano estabelecia as diretrizes e as prioridades a serem obedecidas, o ORÇAMENTO ATRIBUÍA OS RECURSOS EM CONFORMIDADE COM TAIS PRIORIDADES e cabia aos ministérios de cada área supervisionar as ações situadas na respectiva esfera de competência. A existência em cada ministério de um ÓRGÃO SETORIAL DE PLANEJAMENTO e orçamento, composto por uma EQUIPE TÉCNICA QUALIFICADA, encarregava-se de manter a articulação dos componentes desse sistema. A hierarquia do sistema era bem definida, concentrando as decisões estratégicas no Presidente da República. A secretaria dispunha de uma organização complexa que reunia COMPETÊNCIA TÉCNICA, CAPACIDADE DE GESTÃO, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E APOIO EM PESQUISA E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL. Como órgão integrante deste sistema, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), principalmente por meio de seu Instituto de Planejamento, exercia um papel relevante no apoio às tarefas de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas e dos programas contemplados no planejamento governamental. (RESENDE, 2010, p. 15).

Escola de Governo Secretaria Executiva Secretaria de Distrito Federal de Gestão Administrativa de Economia



Na década de 1980, o funcionamento do sistema de planejamento sofreu duros golpes. A segunda crise do petróleo (1979-1980) e o esgotamento das possibilidades de o Estado sustentar o ritmo de investimentos registrado no período anterior, em face do agravamento dos desequilíbrios externos e internos, associado ao enfraquecimento do Poder Executivo durante o período de transição para a democracia, contribuíram para reduzir sua capacidade de articulação das decisões governamentais. O III PND (1980-1985) cumpriu a formalidade legal, mas a FALTA DE UNIDADE no comando da política econômica, com VISÕES DIFERENTES esposadas pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento a respeito de como enfrentar a crise contribuiu para que ele fosse, na prática, abandonado. (RESENDE, 2010, p. 16).



A situação não mudou significativamente com o advento da Nova República em 1985. As DIVERGÊNCIAS ENTRE PLANEJAMENTO E FAZENDA, que se manifestaram no governo anterior, se reproduziram ao longo das sucessivas trocas de ministros, promovidas durante o governo Sarney (quatro ao todo) e embora a formalidade tenha sido mantida, com o chamado I PND da Nova República (1985-1989) inaugurando um discurso que enfatizava as preocupações sociais do planejamento, a segunda metade dos 1980 deu continuidade ao processo de esvaziamento do planejamento como lugar central das decisões de política econômica e de coordenação das ações empreendidas pelo governo. (RESENDE, 2010, p. 16).

Escola de Governo Secretaria Executiva Secretaria do Distrito Federal de Gestão Administrativa de Economia



Os sucessivos fracassos dos programas de estabilização econômicas adotados nos anos de 1980 azedaram a situação reinante e abriram espaço para aventuras que, ao invés de reconstruir, desconstruíram o que ainda restava do sistema de planejamento gradativamente implantado nas décadas anteriores. (RESENDE, 2010, p. 19).

Os últimos anos do governo Sarney foram marcados pelo recrudescimento da inflação e por FORTE CAMPANHA DE DESMORALIZAÇÃO DO ESTADO, apoiada em denúncias de malversação dos recursos públicos e desenfreada corrupção. A insatisfação da sociedade com os governantes crescia, à medida que a economia se desorganizava e a inflação corroía os salários da classe média e jogava uma quantidade crescente de brasileiros para baixo da linha de pobreza. (RESENDE, 2010, p. 19).

No fim do governo Sarney, a inflação superava 80% ao mês, o que equivalia a um índice acumulado de 6.000% nos 12 meses precedentes à posse do novo presidente, em março de 1990. A taxa média de crescimento de 2,2%, registrada na década de 1980, contribuía para expressivo aumento do desemprego, e à queda de 30% no poder de compra do saláriomínimo correspondia um aumento na desigualdade da distribuição da renda. Esses e outros indicadores levaram muitos analistas a classificar a década de 1980 como uma DÉCADA PERDIDA em matéria de desenvolvimento. (RESENDE, 2010, p. 19).

Esvaziamento dos ÓRGÃOS SETORIAIS DE PLANEJAMENTO, que foram retirados das funções típicas de planejamento e foram envolvidos em atividades burocráticas. A importância para o planejamento governamental desses órgãos setoriais, na década de 1970, foi esquecida.

Outra mudança que contribuiu para a destruição do sistema de planejamento foi a absorção pelas secretarias de administração dos ministérios setoriais das respectivas atividades de planejamento e orçamento que, assim, perdiam importância na hierarquia da organização pública e evolviam-se mais em atividades burocráticas do que em funções típicas de planejamento. Essa mudança marçou o início do processo de esvaziamento dos órgãos setoriais de planejamento, cuja importância para o desempenho do planejamento governamental, na década de 1970, foi esquecida. (RESENDE, 2010, p. 22).





As mudanças administrativas empreendidas no alvorecer dos anos 1990 DESTRUÍRAM A ESTRUTURA DE PLANEJAMENTO que embora já estivesse fragilizada em face de uma espúria associação entre autoritarismo e planejamento, que vicejou na transição do regime militar para a democracia, ainda PRESERVAVA ELEMENTOS BÁSICOS QUE PODERIAM PERMITIR UMA MAIS FÁCIL RECUPERAÇÃO. Uma mudança que parecia de menor importância, a substituição da figura do SECRETÁRIO-GERAL dos ministérios pela do SECRETÁRIO-EXECUTIVO, teve consequências que repercutem até hoje. O cargo de secretário-geral, concebido na reforma administrativa de 1967, deveria ser exercido por profissionais de carreira, ou TÉCNICOS DE RECONHECIDA COMPETÊNCIA NAS ÁREAS COMANDADAS PELOS DIVERSOS MINISTÉRIOS, para preservar a estabilidade da burocracia governamental e a continuidade das ações, independentemente da alternância do poder inerente a um regime democrático. (RESENDE, 2010, p. 23).



No governo Itamar Franco, a tentativa de recompor o espaço do planejamento no centro das decisões governamentais FOI ABANDONADA. Uma MUDANÇA IMPORTANTE desse período que continua, até hoje, COMPROMETENDO A TAREFA DE RECONSTRUÇÃO DO PLANEJAMENTO e da capacidade do Estado para implementar os planos de governo: trata-se da criação da Secretaria Federal de Controle, em 1992 (Lei no 8490) que, em resposta aos escândalos da era Collor, centralizou as atividades de CONTROLE INTERNO, retirando essa responsabilidade da órbita de cada ministério e da influência dos respectivos ministros. Este foi o primeiro passo na direção de um processo de progressivo fortalecimento do aparato de controle das ações do governo federal, movido pelo esforço de combater a corrupção e moralizar a administração pública que, ao ser posteriormente exacerbado, foi inibindo a atuação dos gestores e criando embaraços à eficiência da gestão pública. (RESENDE, 2010, p. 24).



O ativismo dos órgãos que controlam a conformidade dos atos praticados pelos gestores públicos às normas legais e administrativas, o que, em um ambiente marcado por recorrentes denúncias de corrupção e malversação dos recursos públicos, leva a que a execução de projetos importantes para o desenvolvimento nacional se submeta a inúmeros questionamentos e requeira uma TORTUOSA TRAMITAÇÃO pelos departamentos jurídicos dos distintos ministérios, EM FACE DO MEDO QUE OS ADMINISTRADORES têm de assinar qualquer ato que envolva a liberação de dinheiro público sem estar respaldado em longos pareceres que os livre de futuras interpelações judiciais. (RESENDE, 2010, p. 40).



Ao estipular que nenhum projeto que ultrapasse o período de um ano seja incluído no orçamento sem estar contemplado no PPA, essa regra leva a que o plano seja elaborado para abrigar qualquer demanda surgida por ocasião da elaboração dos orçamentos anuais e, isso não ocorrendo, ele seja revisado, a fim de acomodar novas prioridades orçamentárias. Com isso, a VISÃO ESTRATÉGICA se perde e É O PLANO QUE SE AJUSTA AO ORÇAMENTO EM VEZ DO QUE SERIA DE SE ESPERAR. (RESENDE, 2010, p. 28).

Destituído de seu principal instrumento, o Ministério do Planejamento mantinha-se à margem do centro do poder. Cabia-lhe manter o ritual para cumprir as exigências constitucionais de elaboração do PPA, da LDO e da proposta orçamentária, MAS ESSES **INSTRUMENTOS APENAS SERVIAM PARA ADORNAR AS PRATELEIRAS DOS GABINETES OFICIAIS.** (RESENDE, 2010, p. 28).

Escola de Governo Secretaria Executiva Secretaria de Distrito Federal de Gestão Administrativa de Economia



Reconstrução do planejamento

Do modelo do passado (década de 1970), é importante recuperar a necessidade de o planejamento estar apoiado em amplo diagnóstico da realidade socioeconômica do país, que desse diagnóstico derivem as estratégias e as prioridades a serem contempladas no plano, que o comando sobre a implementação do plano esteja sob as ordens diretas do primeiro mandatário do país e concentrado em um órgão central de planejamento e orçamento dotado de condições efetivas para exercê-lo, e que os instrumentos necessários para executar, acompanhar e avaliar o planejamento sejam devidamente reforçados. (RESENDE, 2010, p. 32).

Duas características importantes do planejamento praticada na década de 1970 merecem ser consideradas no PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO DO PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL: a liderança do processo de elaboração e execução do plano, sob a supervisão direta do Presidente da República, e a instituição de um sistema eficiente de COORDENAÇÃO, execução, acompanhamento e avaliação dos programas e projetos contemplados no plano. Com o acréscimo desse atributo, a reconstrução do planejamento deve ter em conta três pilares: visão estratégica, capacidade de gestão e SISTEMA **EFICIENTE DE COORDENAÇÃO**. (RESENDE, 2010, p. 34).



Apontamentos conceituais, inspirados em Carlos Matus no texto: O Plano como Aposta. São Paulo em perspectiva. 5 (4): 28-42 out/dez. 1991.

Um plano é o produto momentâneo **do processo** que seleciona uma cadeia de ações para alcançar objetivos. Nesse sentido genérico, um plano <u>é algo inevitável na prática humana para MINIMIZAR A NECESSIDADE DE IMPROVISAÇÃO</u>.

Porém, há sempre o risco de confundir esse processo com um cálculo determinado por leis científicas precisas, apoiado num diagnóstico preciso da realidade. O plano, na vida real, está rodeado de incertezas, imprecisões surpresas, rejeições e apoio de outros atores. Em consequência, seu cálculo é nebuloso e sustenta-se na compreensão da situação, ou seja, a realidade analisada na particular perspectiva de quem planifica.

Um governante pode decidir controlar algumas variáveis, MAS QUASE SEMPRE NÃO PODE ASSEGURAR O RESULTADO, porque ele depende de variáveis não controladas. Essa dificuldade não deve ser obstáculo para tentativas de "governar a realidade" por meio de planos que podem servir de orientação.





Aprender a Jogar

Se deseja alcançar bons resultados, o governante deve aprender a jogar no jogo social. Mas o que significa jogar bem? Jogar bem não é apenas dominar intelectualmente a complexidade do jogo, mas também a arte de jogar bem na prática, medir-se com os outros jogadores e dominar a tensão que o jogo produz numa situação concreta.

O domínio intelectual da complexidade do jogo apresenta quatro grandes problemas:

- i) saber explicar a realidade do jogo;
- ii) saber delinear propostas de ação sob forte incerteza:
- iii) saber pensar estratégias para lidar com os outros jogadores e com as circunstâncias, para calcular bem o que podemos fazer, em cada momento, em relação ao que podemos fazer para alcançar os objetivos; e
- iv) saber fazer no momento oportuno e com eficácia, recalculando e completando o plano com um complemento de IMPROVISAÇÃO. (MATUS, 1991).





Necessidade do Cálculo Estratégico

O cálculo estratégico refere-se a pensar estratégias para tornar o plano viável. Ou seja, articular o "deve ser" com o "pode ser". Não basta dispor de um bom delineamento normativo e prescritivo do PLANO. É preciso uma boa estratégia para lidar com os outros jogadores e com as circunstâncias que cercam o jogo social. É este, exatamente, o problema de saber jogar. Um jogador pode dispor de boas cartas num jogo de baralho, mas, se não souber jogá-las, perde para outro que tem cartas inferiores.

A planificação tradicional omite esse cálculo e formula planos num vazio de contexto situacional que IGNORA o político como oposto ao técnico. Assume que o problema estratégico é dos políticos e a planificação econômica é de domínio dos técnicos. Por esta razão, é praticada uma planificação formal, ritual e tecnocrática, sem estratégia política que lhe incorpore viabilidade. Essa planificação, na prática, é IGNORADA pelos políticos, que primeiro intuem e depois comprovam sua inutilidade (MATUS, 1991, p. 37).



Necessidade do Cálculo Estratégico

A análise estratégica suscita as questões mais complexas, pois devemos TRABALHAR NUM NÍVEL PRÁTICO-OPERACIONAL com os CONCEITOS DE PODER, MOTIVAÇÃO PARA ATUAR USANDO O PODER, FORÇA APLICADA OU PRESSÃO DE UM JOGADOR SOBRE UMA JOGADA etc. Devemos saber, ademais, distinguir entre VIABILIDADE para decidir uma jogada e VIABILIDADE para alterar estavelmente a situação do jogo depois da jogada. Uma coisa não leva, necessariamente, à outra. Em um e outro caso, é preciso avaliar os resultados sobre o poder acumulado pelos jogadores e suas motivações. Por fim, é preciso propor estratégias de jogo em que se COMBINAM A AUTORIDADE, A COOPTAÇÃO, A NEGOCIAÇÃO, O **CONFRONTO E A DISSUASÃO.** É preciso combinar estas estratégias, diferenciando jogadores e jogadas ao longo da trajetória do jogo, donde a consideração do tempo e da oportunidade podem ser muito importantes. (MATUS, 1991, p. 37; 38).

Escola de Governo Secretaria Executiva Secretaria de Distrito Federal de Gestão Administrativa de Economia



No Momento de Fazer, Decide-se Tudo

O "fazer", refere-se a atuar, a jogar, a realizar de acordo COM O PLANO. É curioso que o problema do fazer ocupe pouco espaco na teoria de planejamento, já que o plano só se completa na ação.

Este é um ponto de extrema importância prática. Não existe possibilidade de um plano completo em seu delineamento e cálculo estratégico antes da ação. Na improvisação tática da ação do momento, completa-se o conteúdo prático do plano.

Um tema central de preocupação deve ser o ESTUDO DAS FORCAS que, no momento do "fazer", podem levar ao predomínio da improvisação sobre o plano. Essa é a luta típica que se expressa na desigual concorrência entre as urgências e as importâncias nas agendas. Como a improvisação é um cálculo situacional oportuno, supera facilmente a planificação tradicional, que é TECNOCRÁTICA E LENTA. Diante disso, o plano deve ser um cálculo superior à improvisação, para o que deve ser, não apenas oportuno, como também profundo e acertado. (MATUS, 1991, p. 39).



Metáfora de David Hume - o cálculo que um cão faz para perseguir e alcançar um coelho

Trata-se de um plano em condições de alta incerteza. O cão tem capacidade nula de predição e baixa capacidade de previsão quanto aos movimentos do coelho. No entanto, tem um plano de perseguição baseado na capacidade de reagir com rapidez diante dos inesperados movimentos da presa, e esse plano apoia-se num sistema de acompanhamento dos movimentos do coelho.

Notável não é precisamente, a preocupação de Hume com as **INIMAGINÁVEIS** MATEMÁTICAS que o cão utilizaria para reduzir ao mínimo o percurso de sua perseguição, mas a capacidade do animal de alterar seu plano de caca, com o máximo de rapidez, toda a vez que o coelho alterar sua rota de fuga. Se o cão adotasse um único plano e, depois, o seguisse cegamente, certamente fracassaria seu objetivo. Assim, nada é mais importante que a sequência: => Cálculo =>Ação => **Correção=>.** (MATUS, 1991, p. 40).

Nenhuma técnica de planificação É SEGURA diante da incerteza do mundo real e devemos nos apoiar em nossa capacidade para acompanhar a realidade. (MATUS, 1991, p. 40).



Apontamentos sobre Aaron Wildavsky, um clássico do orcamento dos EUA

A partir de observações do contexto americano desde o início dos anos de 1950. Wildavsky (1930-1993)trabalhou os processos decisórios orcamentários como um lócus privilegiado da expressão prática da **POLÍTICA**. Por mais de 40 anos, Wildavsky desvendou os processos orçamentários públicos como fenômeno das transformações POLÍTICAS, econômicas e sociais (Jones, 1995, 1996).

Wildavsky percebeu o processo orçamentário como um AMBIENTE muito mais RICO E COMPLEXO do que o simples modo pelo qual os técnicos orçamentários realizam seus trabalhos e acima de tudo, esse processo foi sendo compreendido como uma alternativa para ver e explicar a dinâmica POLÍTICA como um todo (Jones, 1995, 1996).

Aaron Wildavsky, em quatro décadas, escreveu cerca de **guarenta livros** e capítulos de livros e, até o ano de 2008, nenhum tinha sido traduzido para o português (Barcelos, 2008, p. 02).



No início dos anos de 1960, Wildavsky (1961) relatou a existência de críticas aos seus estudos por não ter apresentado uma teoria orcamentária. Em resposta a essas críticas, Wildavsky (1961) esclareceu que "nenhum progresso foi feito pela simples razão de que a tarefa, da forma como foi proposta, é impossível de ser cumprida". Ao invés de se indagar "em que base deve ser decidido alocar X dólares na atividade A em vez de alocá-los na atividade B", dever-se-ia perguntar "DE QUE MODO é decidido alocar X dólares na atividade A e não na atividade B". (Wildavsky, 1961, p. 185-190; Jones, 1996, p. 227-228).

Nessa direção, Wildavsky afirma que as abordagens que o criticavam detinham uma severa fraqueza ao ignorar a existência do poder político. Portanto, o tema da reforma orcamentária jamais deveria ser considerado como um assunto meramente de ajuste procedimental. Toda mudança nas relações intrínsecas ao processo orçamentário altera os resultados das decisões orçamentárias. LONGE DE SER UMA MATÉRIA NEUTRA, qualquer tentativa de "melhorar o modo como se elabora o orcamento" produz implicações severas para o sistema político. Ou seia. isso afeta o delicado equilíbrio de escolhas políticas de "quem ganha e quem perde o que", resultante das decisões tomadas no processo orçamentário. (Wildavsky, 1961; Jones, 1995, 1996).

Escola de Governo Secretaria Executiva Secretaria de Distrito Federal de Gestão Administrativa de Economia



Algumas definições de política pública

Política pública é o que os **governos escolhem** fazer **ou não fazer** (Dye, 1984).

Laswell (1958) define política pública como decisões e análises que implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Easton (1965) define política pública como um sistema, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo Easton, políticas públicas recebem inputs dos partidos, da mídia e dos **GRUPOS DE INTERESSE**, que influenciam seus resultados e efeitos.

Não existe uma única nem melhor definição sobre o que seja política pública. (SOUZA, 2006).

Além disso, segundo Souza (2006), a maioria das definições de políticas públicas:

- i) superestimam aspectos racionais e procedimentais das políticas públicas;
- ii) ignoram a ESSÊNCIA da política pública que é o embate em torno de ideias e interesses;
- iii) focam demasiadamente o papel dos governos;
- iv) deixam de considerar o aspecto conflituoso e os limites que cercam as decisões dos governos;
- v) deixam também de fora possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre os governos e outras instituições e grupos sociais. (SOUZA, 2006).



Métodos de avaliação de políticas públicas

Qualitativo: busca compreender as subjetividades envolvidas na política pública, levando em consideração aspectos de <u>limitações de racionalidade humana</u> e de dados incompletos. Contudo, uma avaliação utilizando método qualitativo também exige rigor de consistência na avaliação e em geral é mais complexa e trabalhosa que uma avaliação utilizando método quantitativo;

Quantitativo: procura basear-se em dados numéricos, concretos e gerais;

Multimétodo: busca combinar métodos diferentes;

Qualquer avaliação de política pública, independente do método utilizado:

- ✓Têm de buscar delimitar da melhor forma possível a política pública objeto da avaliação;
- ✓Tem de considerar que, mesmo sendo bem delimitada, a política pública avaliada pode sofrer influências de outras políticas, comprometendo assim os resultados da política avaliada;
- √Têm de buscar medidores ou indicadores que possam "medir" de forma mais representativa o possível como está ou como foi a evolução da política pública;
- ✓Têm de se preocupar com a consistência das conclusões extraídas dos dados e informações analisados; (honestidade intelectual)
- √Tem de relatar como a avaliação foi realizada para que outros avaliadores possam refazer a mesma avaliação, utilizando os mesmos dados, de forma que possam chegar às mesmas conclusões;



Aspectos gerais sobre planejamento no GDF

Necessidade de mudar a imagem ou abordagem que se tem sobre planejamento:

 Não pensar em planejamento como atividade que adivinha ou prevê o futuro, mas em procedimentos técnicos e metodológicos capazes de se antecipar aos problemas e <u>organizar as "instituições"</u> para a entrega de resultados em um determinado espaço de tempo;

O espaço do planejamento invadido pelo improviso e urgências: <u>MUITAS QUESTÕES</u> <u>RELEVANTES SÃO DECIDIDAS MEDIANTE CRÉDITO SUPLEMENTAR OU ESPECIAL</u>;

 Os <u>problemas imediatos</u> direcionam os esforços e definem as agendas das unidades (inclusive influenciam na organização de estruturas institucionais – <u>muitas</u> <u>estruturas se fortalecem não porque têm condições de produzir melhores</u> <u>entregas, mas porque gerenciam problemas sensíveis;</u>

Necessidade de mapear problemas relevantes:

• Problemas que dependem de <u>decisões estratégicas de médio e longo prazo e</u> <u>problemas que dependem de decisões táticas e operacionais</u> (em geral associadas a procedimentos administrativos).



Método para processo de planejamento:

Diagnóstico - etapas necessárias:

- 1 Analisar o contexto:
 - · Identificação do contexto socioeconômico;
 - Levantamento das disponibilidades: de pessoal, de material, orçamentária/financeira, tecnológicas, de estrutura institucional, entre outras,
 - Levantamento de normas que interferem direta e indiretamente nas competências institucionais e na execução das ações da Pasta;
 - <u>Identificação das FORÇAS e atores que influenciam nos processos de decisão estratégica e no desenvolvimento das ações da Pasta</u>.
- 2 Listar a programação em execução no exercício em curso e as entregas previstas para os próximos dois exercícios;
- 3 Listar os "objetivos" e as entregas de longo prazo;
- 4 Identificar os **problemas complexos** da área de atuação da unidade (problemas exteriores) e as dificuldades internas;
 - identificar outras unidades que detém competência para atuar nos problemas identificados, nas suas causas ou nas suas consequências.



Método para processo de planejamento:

Diagnóstico - etapas necessárias:

- 5 Confrontar o que deveria ser feito com o que está programado para ser executado (especialmente nos resultados a serem alcançados em horizonte superior a três exercícios financeiros);
- 6 Levantar opções (em função do contexto, das disponibilidades, das demandas): objetivos e entregas que podem ser viabilizadas nos horizontes de curto, médio e longo prazo;
- 7 Indicar, por meio de embasamento técnico, ações que podem ser descontinuadas; ações que devem ser alteradas (mantidas, reduzidas ou ampliadas), e a necessidade de atuação em novas frentes;
- 8 Criar esboço de plano contendo estratégias para a entregas de resultados; e
- 9 Fazer os ajustes necessários, de acordo com as situações que se apresentam.



Método para processo de planejamento

Diagnóstico - etapas necessárias:

As informações acima servem de base para a estruturação de Agendas Públicas.

Essas mesmas agendas devem ser pactuadas nos Planos Plurianuais e executadas com recursos consignados nas leis orçamentárias anuais.

Pergunta chave: como essas informações e A ATUAÇÃO TÉCNICA podem influenciar as decisões do núcleo estratégico de cada GDF e orientar melhor trabalhos Unidade do operacionais?





Lei Orgânica do Distrito Federal

Art. 149. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

§ 2º A lei que aprovar o plano plurianual, compatível com o plano diretor de ordenamento territorial, estabelecerá, por região administrativa, <u>as diretrizes, objetivos e metas</u>, quantificados física e financeiramente, da administração pública do Distrito Federal, no horizonte de quatro anos, para despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como as relativas a programas de duração continuada, a contar do exercício financeiro subsequente.

Metodologia adotada pelo GDF para o PPA 2024-2027

A estruturação do PPA foi detalhada em Programas Temáticos, Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado e Programa de Operações Especiais. Da mesma forma que ocorreu nos planos anteriores, as ações orçamentárias serão lançadas, no sistema PPA-Web para os 4 exercícios, com base nos tetos orçamentários disponibilizados para cada órgão ou entidade. Contudo, o Anexo III a ser submetido à apreciação do Poder Legislativo conterá detalhamento de valores por ação apenas no 1º ano de vigência do PPA. Para os demais exercícios (2º, 3º e 4º ano do PPA), as tabelas apresentarão valores financeiros agregados por Programa.



Metodologia adotada pelo GDF para o PPA 2024-2027

A metodologia adotada pelo GDF para o PPA 2024-2027 não alterou muito em relação aos PPAs 2016-2019 e 2020-2023. Ela pode ser descrita como uma releitura dos PPAs anteriores, visto que as suas estruturas e organizações não se alteram significativamente de um plano para o outro. A metodologia foi ajustada com a premissa de proporcionar uma evolução no processo, sem que isso implicasse numa revolução na forma de organizar os atributos do novo PPA. O modelo do Plano Plurianual 2024-2027 visa melhorar o desencadeamento lógico e o inter-relacionamento entre os atributos, objetivando oferecer melhor compreensão do Plano.

O Objetivo do PPA permanece como o elemento central da discussão sobre a política pública; este atributo deve congregar e organizar a ação pública para o ENFRENTAMENTO DE PROBLEMAS REAIS DA SOCIEDADE OU APROVEITAMENTO DE OPORTUNIDADES para o desenvolvimento do Distrito Federal.





Metodologia adotada pelo GDF para o PPA 2024-2027

A estruturação do PPA busca oferecer um instrumental metodológico mais efetivo para identificação do "objeto" da ação pública e dos elementos necessários para implementação de políticas públicas. A partir do momento em que o PPA evidencia as escolhas essenciais para a mudança de determinadas realidades sociais ou econômicas, ele se transforma em um efetivo Plano de Ação para mobilizar, organizar e coordenar os principais trabalhos das Unidades do Distrito Federal.

A especificação e a delimitação de forma mais clara possível dos problemas e das oportunidades são necessárias para a atuação de cada Unidade do Complexo Administrativo do GDF. Essas especificações e delimitações propiciam às Unidades do DF entender o de que necessitam (em termos de recursos ou insumos gerais) para solucionar o problema ou explorar a oportunidade. Consequentemente, com esse entendimento do problema ou da oportunidade, as Unidades do DF têm elementos e informações mais adequados para avaliar melhor os impactos no contexto social em que surgiu o problema ou a oportunidade. Em outras palavras, dentro da metodologia do PPA 2024-2027, a ação pública passa a ser orientada para a resolução de problemas ou aproveitamento de oportunidades.

do Distrito Federal de Gestão Administrativa de Economia



Metodologia adotada pelo GDF para o PPA 2024-2027

Esses ajustes metodológicos adotados para a metodologia do PPA visam melhorá-lo em termos de compreensão dos conceitos, da estrutura e do modelo.

Com o melhor entendimento da ordenação lógica do Plano, as Unidades Orçamentárias participantes, os gestores e os servidores responsáveis pela <u>implementação e avaliação das políticas públicas</u> conseguem demonstrar melhor o esforço do Estado para atender as necessidades dos destinatários das respectivas políticas públicas e conseguem também fazer monitoramentos e avaliações do Plano de forma a gerar aprendizados e correções nos trabalhos de condução das políticas públicas.





Metodologia adotada pelo GDF para o PPA 2024-2027

Para elaborar um Objetivo do PPA 2024-2027, é necessário que cada Unidade Orçamentária do DF esteja organizada e seja capaz de compreender as complexidades e desafios inerentes aos problemas e às oportunidades de que trata o Objetivo do PPA.

A caracterização do Objetivo certamente refletirá o nível de organização das respectivas Unidades (em termos de conhecimentos, habilidades, maturidades, recursos e insumos gerais).

Uma boa organização da Unidade facilitará, não apenas a elaboração, mas também o acompanhamento das ações: se elas estão compatíveis ou proporcionais em relação ao que foi proposto ou se há necessidade de correção de rumos.



Destaques do Plano Estratégico do Distrito Federal em 2023, coordenado pela Subsecretaria de Gestão de Programas e Projetos Estratégicos (SUPPE)

Houve a seleção de 1.277 "ações"- iniciativas, entregas ...;

A execução dessas 1.277 ações demandaria R\$ 112 bilhões;

O Orçamento aprovado para o GDF em 2023 é de R\$ 57,3 bilhões;

Escola de Governo Secretaria Executiva Secretaria de Distrito Federal de Gestão Administrativa de Economia



Metodologia adotada pelo GDF para o PPA 2024-2027 - Avaliação

A avaliação do PPA do GDF vem sendo estruturada e aprimorada de modo a possibilitar avaliar o Objetivo em todas as suas dimensões: concepção, implementação e resultados.

O problema ou a oportunidade identificados no Objetivo passa a se constituir o elemento central da análise: ou seja, é o "objeto" a ser avaliado.

Os atributos que compõem o Objetivo passam a ser avaliados a partir da sua coerência e importância na alteração de uma determinada realidade (resolução/mitigação de problemas econômicos ou sociais ou aproveitamento de oportunidade). Ou seja, a avaliação é estruturada a partir dos atributos do Objetivo e busca explicar como esses atributos solucionam/mitigam o problema ou aproveitam a oportunidade identificados.

Esse novo escopo de avaliação busca levantar elementos que sejam mais úteis para tomadas de decisões nos níveis estratégicos do Governo do DF.



Metodologia adotada pelo GDF para o PPA 2024-2027 - Avaliação

Nessa avaliação de atributos que compõem os objetivos do PPA, não é suficiente que cada atributo responda bem aos requisitos: o que; em que tempo; onde; unidade de medida; e forma de apuração.

Esses requisitos são necessários a quaisquer atributos, mas não são suficientes. O que vai conferir consistência/ significância ao atributo é a sua correlação/aderência/fidedignidade com o fato real/objeto observado no contexto social ou econômico que ensejou a atuação do Governo do DF.

A avaliação não se restringe à mera análise de atingimento ou não de "alvos" de atributos de maneira isolada, e sim busca demonstrar como esses atributos conseguem explicar/contribuir para a solução de um fato real/objeto observado no contexto social ou econômico, caracterizado no Objetivo do PPA 2024-2027 como problema a ser enfrentado e/ ou oportunidade a ser aproveitada.





Metodologia adotada pelo GDF para o PPA 2024-2027 - Avaliação

Nessa análise, cada Unidade do GDF deve avaliar o dimensionamento:

- i) dos recursos disponíveis [estrutura administrativa da Unidade, quadro de força de trabalho, estruturas físicas e tecnológicas, materiais, financeiro, de gestão e outros], utilizados na entrega do "Objeto" proposto no Objetivo;
- ii) da quantidade de atributos (indicadores, metas e ações não orçamentárias), utilizados para "medir" a entrega do "Objeto" proposto no Objetivo;
- iii) do nível de atingimento do público beneficiário;
- iv) dos impactos na sociedade resultantes da entrega do "Objeto".

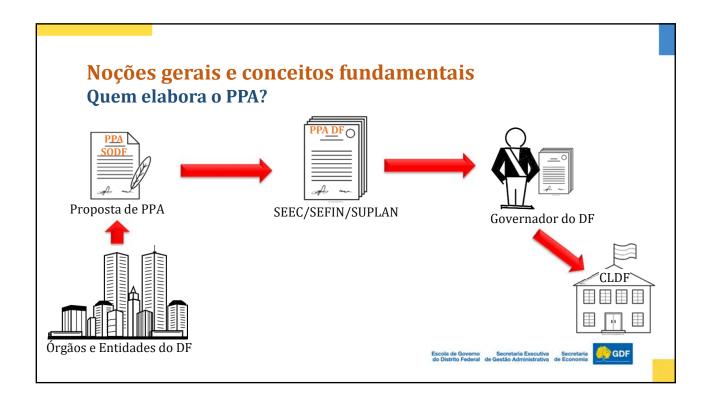
Com essas análises, as Unidades do GDF conseguem conciliar e comparar dados iniciais (informações ou indicadores sobre o problema ou oportunidade inicial) para permitir conclusões mais consistentes sobre as melhorias no contexto social ou econômico que ensejou a atuação do GDF.

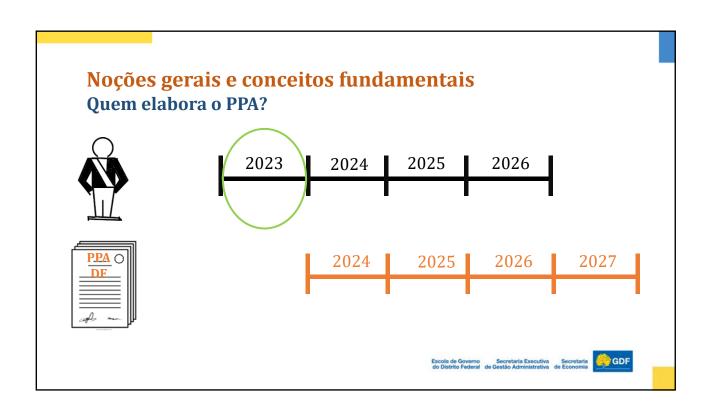


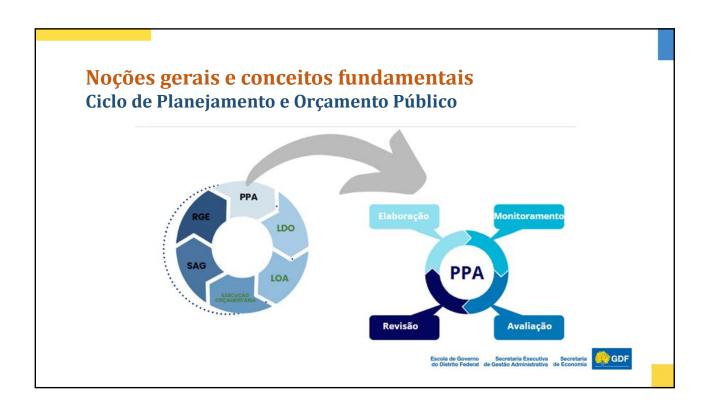
Plano Plurianual (PPA): Noções gerais e conceitos fundamentais Parte 2





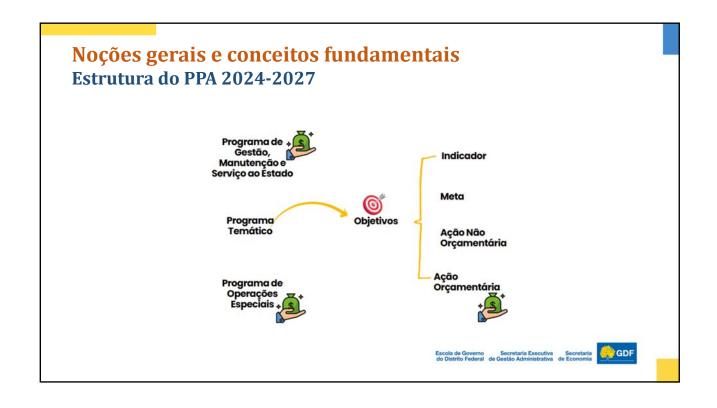


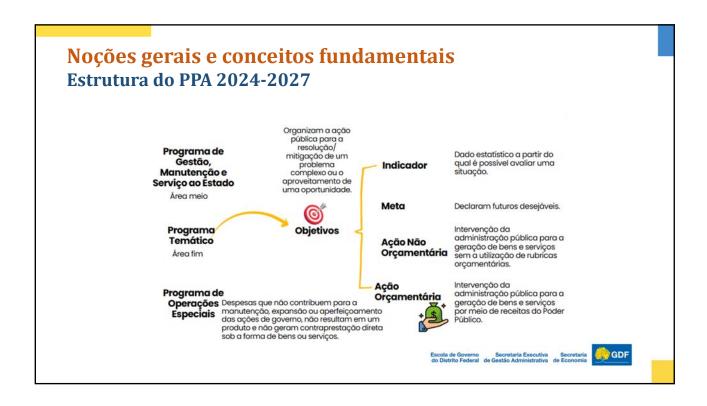


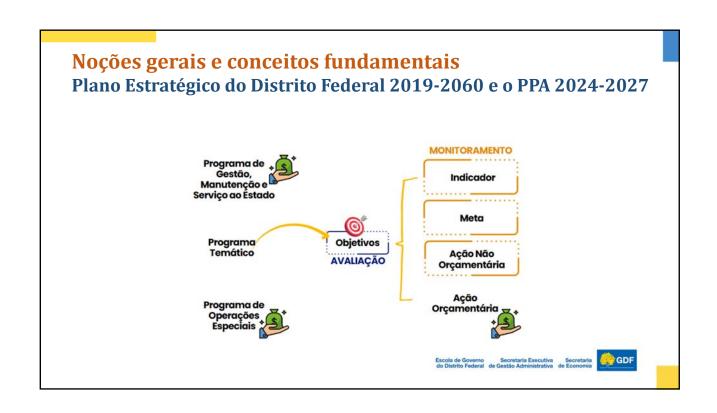










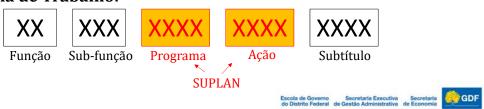


Eixo Temático	Programa Temático	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	
Gestão e Estratégia	6203 – Gestão para resultados 6204 - Legislativo 6231 - Controle externo	8203 – Gestão para resultados - Gestão e manutenção 8205 - Regional - Gestão e manutenção 8204 – Legislativo – Gestão e manutenção 8231 – Controle Externo – Gestão e manutenção	Programas de operações especiais 0001 – Operações especiais
Saúde Saúde	6202 – Saúde em ação	8202 – Saúde - Gestão e manutenção	
Segurança pública	6217 – DF mais seguro	8217 – Segurança - Gestão e manutenção	
Educação	6221 – EducaDF	8221 – Educação - Gestão e manutenção	
Desenvolvimento Econômico	6207 - Desenvolvimento econômico 6201 - Agronegócio e desenvolvimento rural	8207 - Desenvolvimento Econômico - Gestão e manutenção 8201 - Agricultura - Gestão e manutenção	
Desenvolvimento Social	6228 - Assistência social 6211 - Direitos humanos	8228 – Assistência Social - Gestão e manutenção 8211 - Direitos humanos - Gestão e manutenção	
Desenvolvimento Territorial	6208 – Território resiliente e inclusivo 6209 - Infraestrutura 6206 - Esporte e lazer 6216 - Mobilidade urbana 6219 - Capital cultural	8208 – Desenvolvimento urbano - Gestão e manutenção 8209 - Infraestrutura - Gestão e manutenção 8206 - Esporte e lozer - Gestão e manutenção 8216 - Mobilidade urbana - Gestão e manutenção 8219 - Cultura - Gestão e manutenção	
Meio Ambiente	6210 – Meio Ambiente	8210 – Meio Ambiente - Gestão e manutenção	

Noções gerais e conceitos fundamentais Ações Orçamentárias

Para a composição de Programas de Trabalho (PT) junto à Subsecretaria de Orçamento Público (SUOP), as Unidades deverão realizar o mapeamento das ações orçamentárias. Para tanto, podem utilizar as ações orçamentárias existentes ou propor novas ações.

Programa de Trabalho:



Noções gerais e conceitos fundamentais

Ações Orçamentárias: Tipo de Ação Orçamentária

Projeto

Inicia com 1,3,5,7

Busca alcançar o objetivo de um programa

Operações limitadas no tempo

Resulta em um produto

Concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo

Ex.: 1223 - Recuperação de pontes e viadutos 1984 - Construção de Prédios e

Próprios

Inicia com 2,4,6,8

Busca alcançar o objetivo de um programa

Atividade

Operações contínuas e permanentes

Resulta em um produto

Concorre para manutenção da ação de governo

Ex.: 2316 - Conservação de obras de arte especiais - viadutos e outras 8517 - Manutenção de serviços administrativos gerais

Operação Especial

Inicia com 9

Não contribui para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo

Não resulta em um produto

Não gera contraprestação direta, sob a forma de bens ou serviços

Ex.: 9127 - Conversão de licença prêmio em pecúnia -Servidor ativo

Noções gerais e conceitos fundamentais Ações Orçamentárias X Programa

AÇÃO DESTINADA À **ÁREA MEIO**

Programa de gestão e manutenção

AÇÃO DESTINADA À

Programa temático

Objetivo

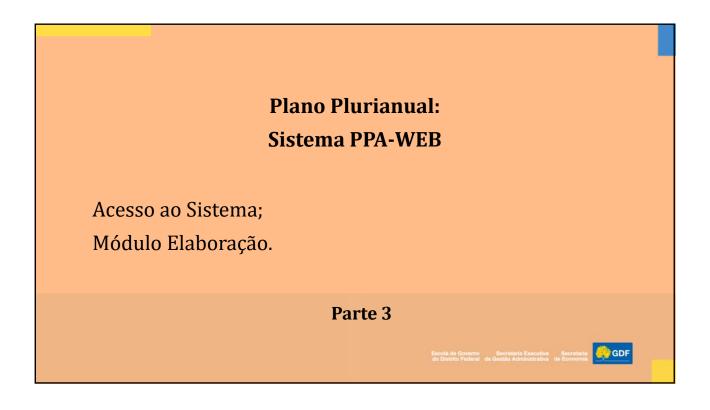
ÁREA FIM

AÇÃO DE OPERAÇÃO ESPECIAL

Programa de Operação Especial







Sistema PPA-WEB

Acesso ao Sistema

1º passo: Cadastro Unificado de Usuários

 Processo SEI do tipo "Planejamento Governamental: Cadastramento Unificado Usuários (PPA, SAG e RAT_RGE)", criado pela SUPLAN, individualizado de cada Unidade Orçamentária e específico sobre cadastramento de usuários.

Não devem ser feitos pedidos de acesso em outros processos!

Processo não deve tratar de outras matérias!

- Unidade deve incluir o documento "Formulário Unificado Cadastramento -PPA,SAG,RGE", preenchendo todos os seus campos.
- O documento será assinado pelo usuário que está pleiteando o acesso e pelo Titular do Órgão.
- Processo é enviado para SEEC/SEFIN/SUPLAN

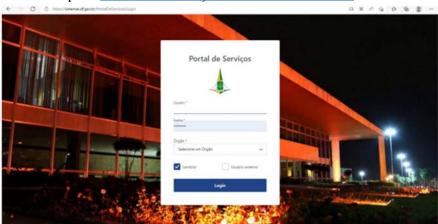
Escola de Governo Secretaria Executiva Secretaria do Distrito Federal de Gestão Administrativa de Economia



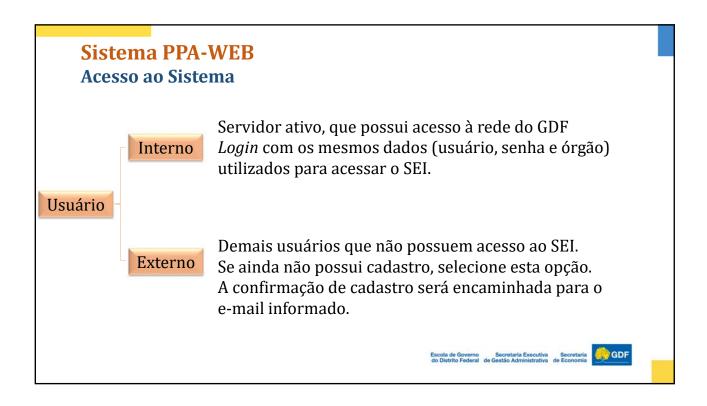
Sistema PPA-WEB

Acesso ao Sistema

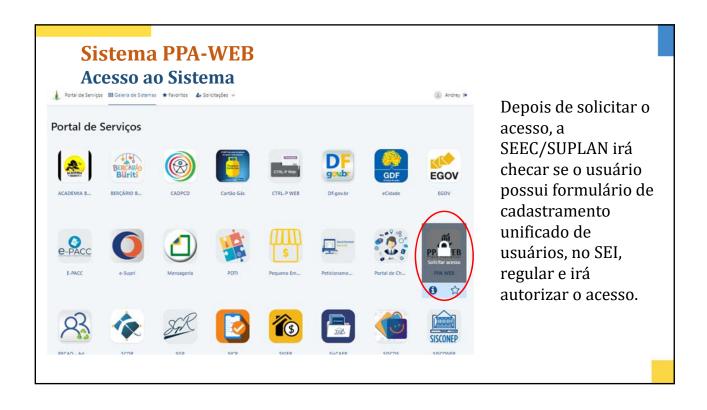
2º passo: Acesso pelo Portal de Serviços do Distrito Federal:













Sistema PPA-WEB

Perfis de Acesso ao Sistema

UO: Responsável por cadastrar a proposta da UO

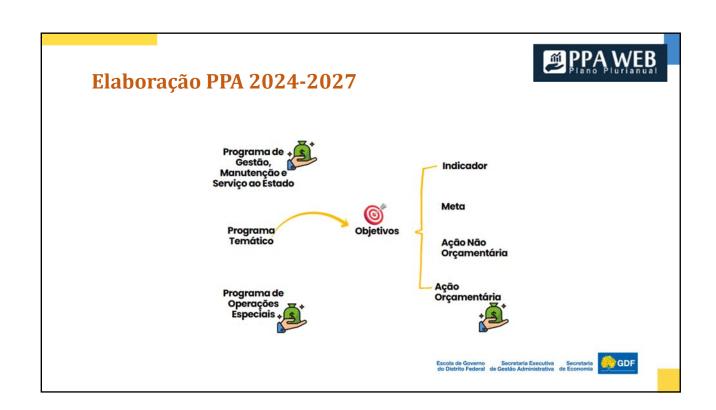
Titular – UO: Responsável por <u>solicitar ajuste</u>, <u>aprovar</u> e <u>encaminhar</u> a proposta final da UO, podendo também <u>cadastrar</u>.

Consulta – UO: Tem acesso aos atributos de sua UO em qualquer status, histórico, mapeamento da ação e teto das ações orçamentárias da UO. Também permite visualizar os atributos das demais UOs que estejam no status OC – LEI.

Consulta – Geral: Permite visualizar todos os atributos do PPA no status OC – LEI. Destinado a órgãos de controle (CLDF, TCDF e CGDF).

OC (Suplan): Responsável por analisar, solicitar ajuste, homologar e consolidar a proposta de todas as UOs.





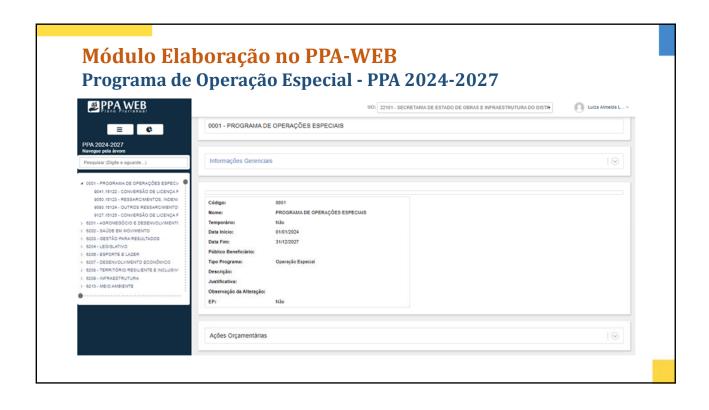
Elaboração

- Objeto: Diretrizes, Objetivos e Metas
- Quem: Órgãos e Entidades do Distrito Federal;
- Quando: A cada quatro anos (primeiro ano de mandato do Chefe do Poder Executivo);
- Onde se processa: PPA-WEB;
- Instrumento: Lei do Plano Plurianual 2024-2027 Lei nº 7.378, de 29/12/2023;
- Fundamento normativo: LODF, art. 149, I, §§ 1º e 2º; art. 150, § 1º; art. 151, §1º etc.



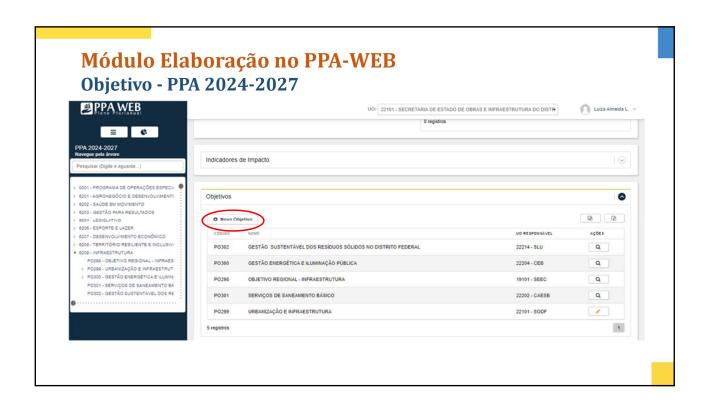


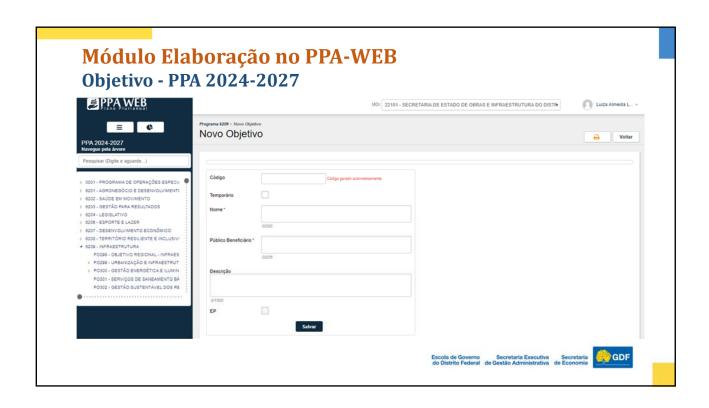




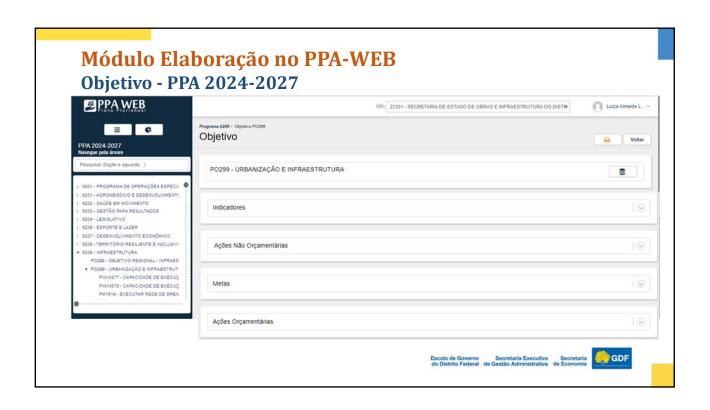


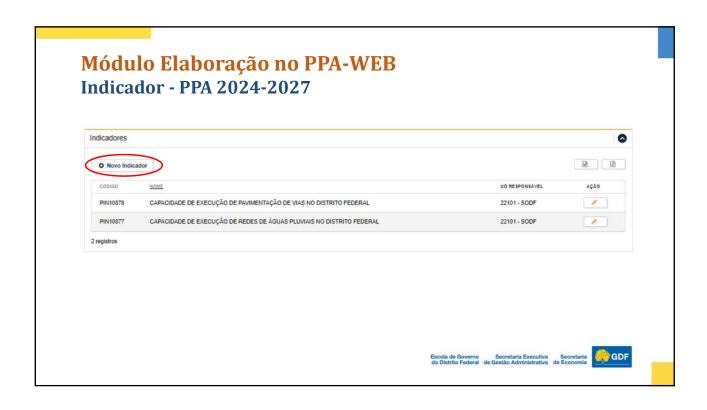


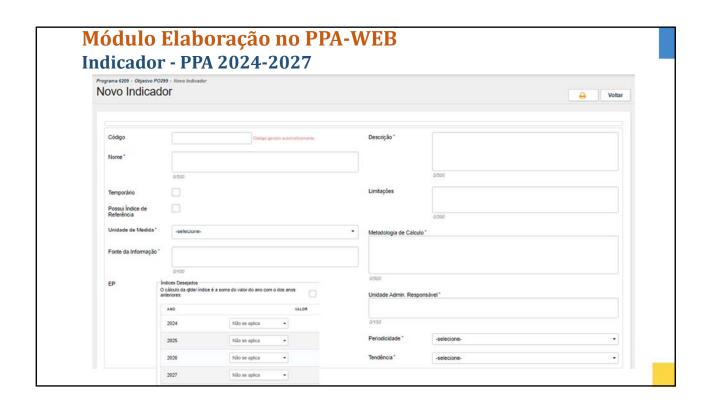


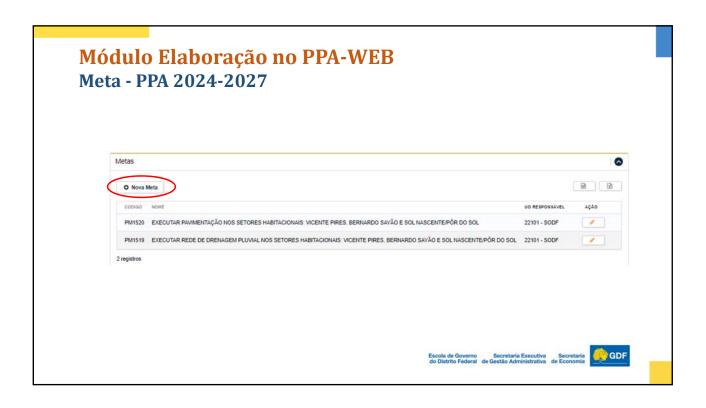


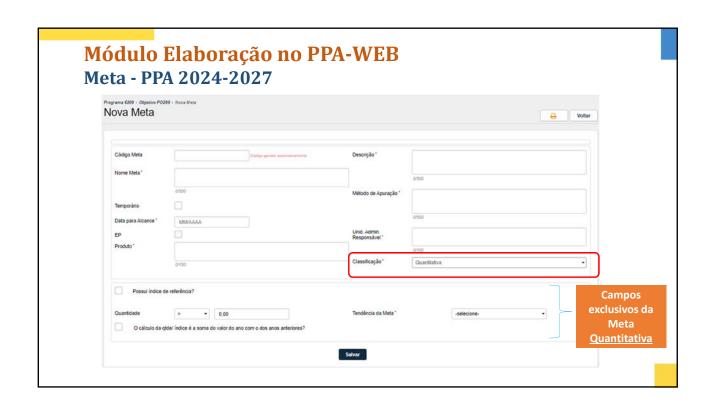


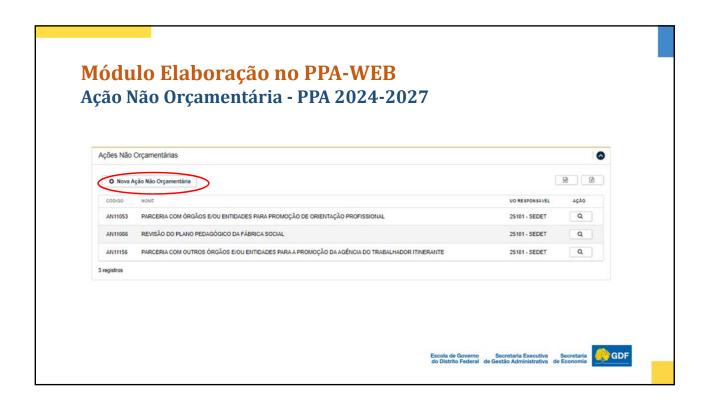


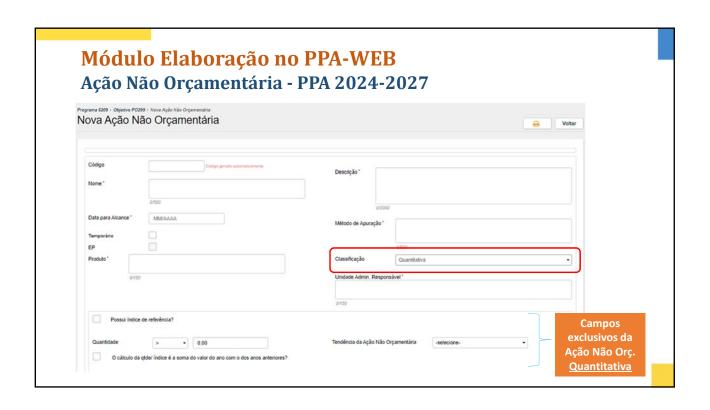




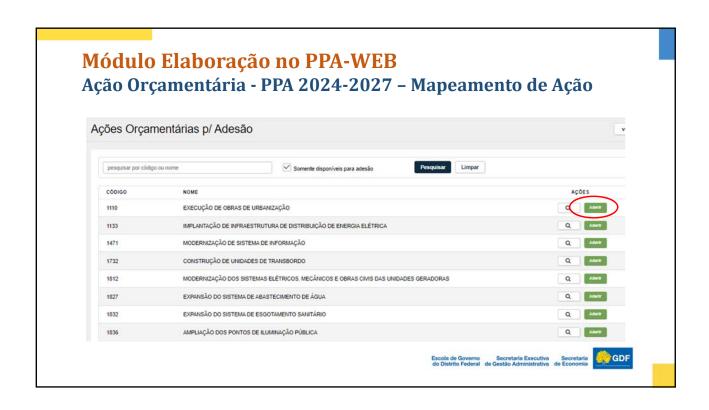




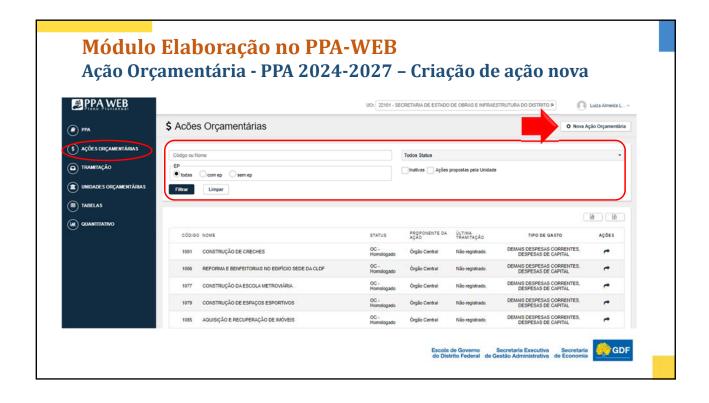




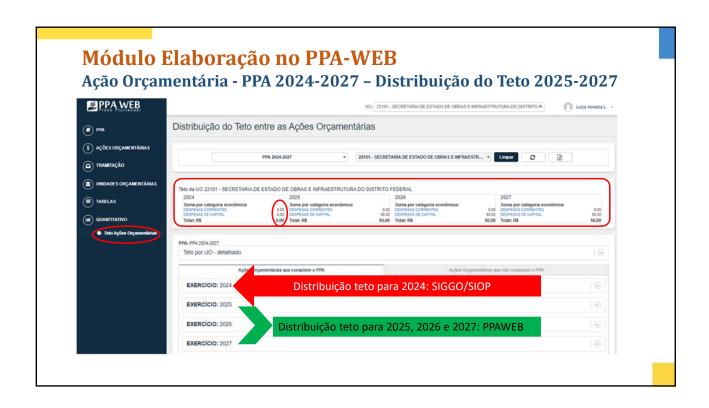




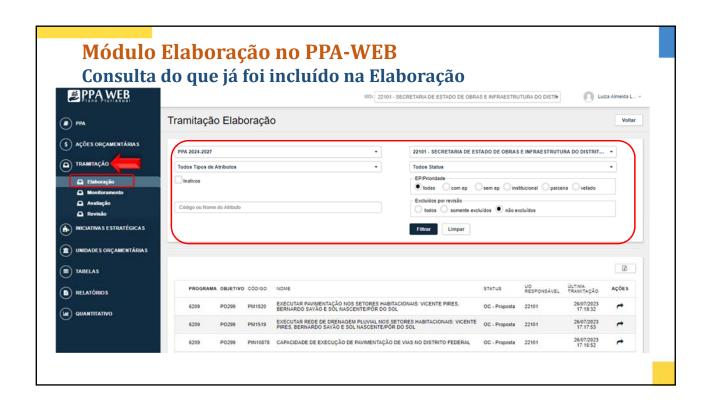








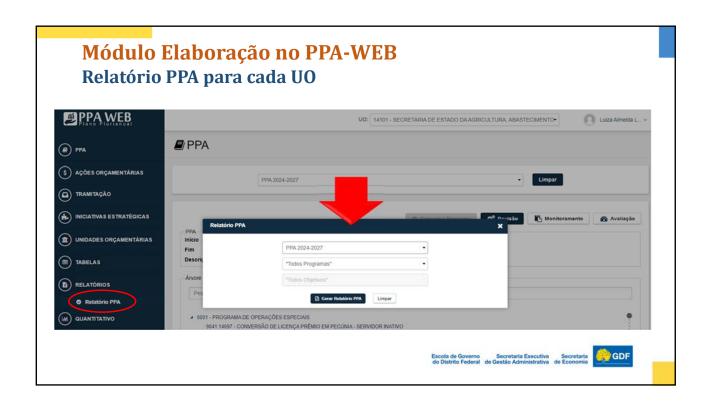


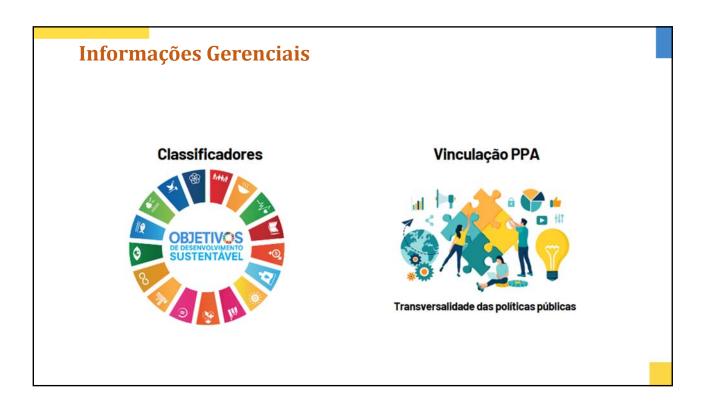


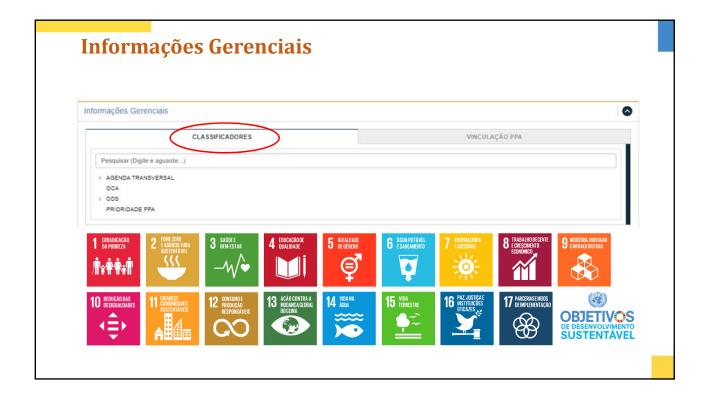


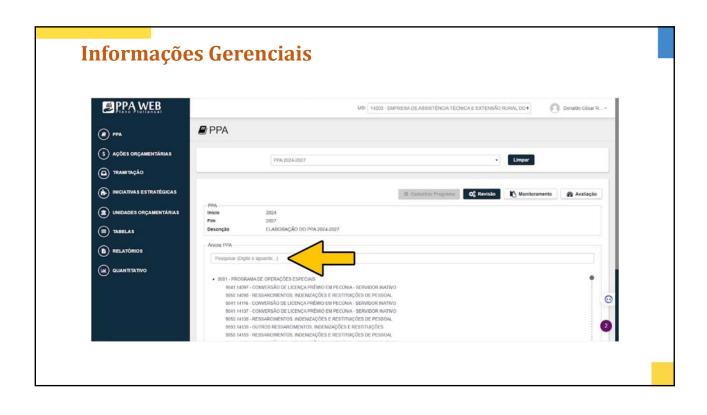




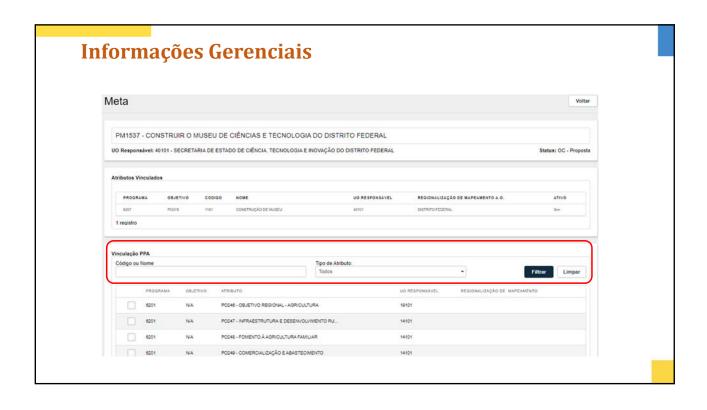


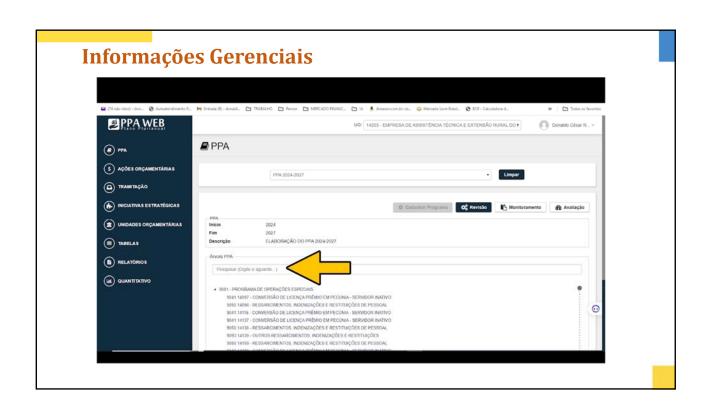




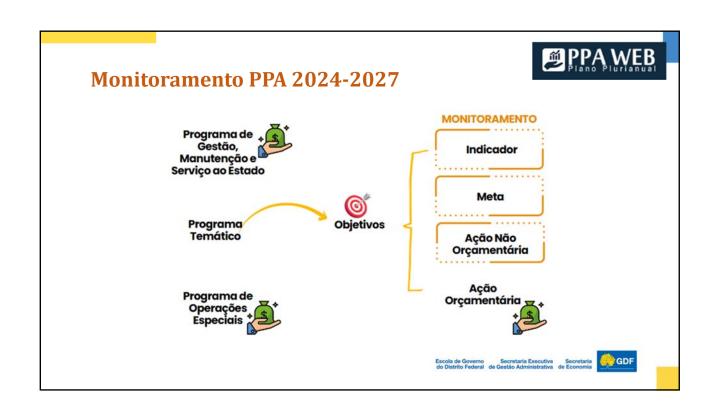








Plano Plurianual: Sistema PPA-WEB Módulo Monitoramento; Módulo Avaliação; Módulo Revisão. Parte 4



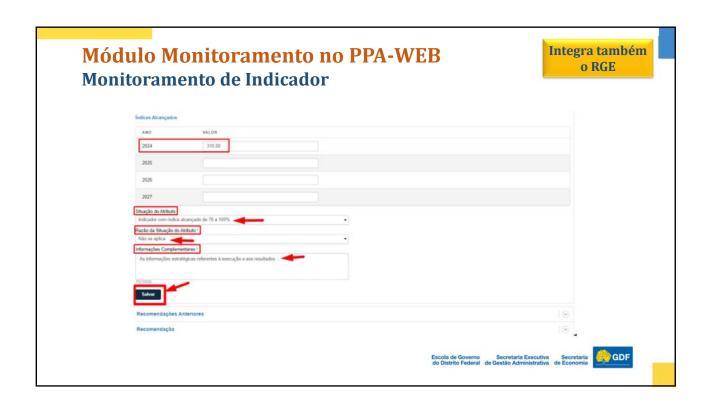
Monitoramento

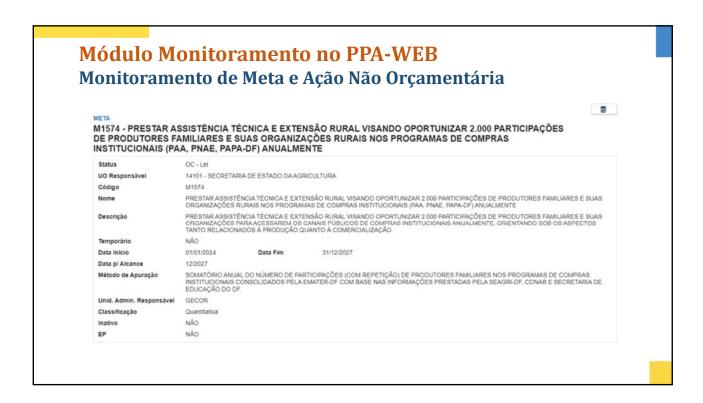
- Objeto: Atributos dos Objetivos (Indicadores, Metas e Ações Não Orçamentárias);
- Quem: Unidade responsável pelo Atributo do Objetivo;
- Quando: Anual (Ano base anterior);
- Período de informação pelas UOs:
 - Indicadores: até 10/01/2025 (compõe também o RGE);
 - Metas e Ações Não Orçamentárias: até 31/03/2025.
- Onde se processa: PPA-WEB;
- Instrumento:
 - Relatório de Indicadores que integra o Relatório de Gestão e a Prestação de Contas Anual do Governador
 - Relatório de Avaliação encaminhado à CLDF até 30/06;
- **Fundamento normativo:** LODF, art. 78, IV, e art. 80, I; Lei nº 7.378/2023, arts. 10 a 13.

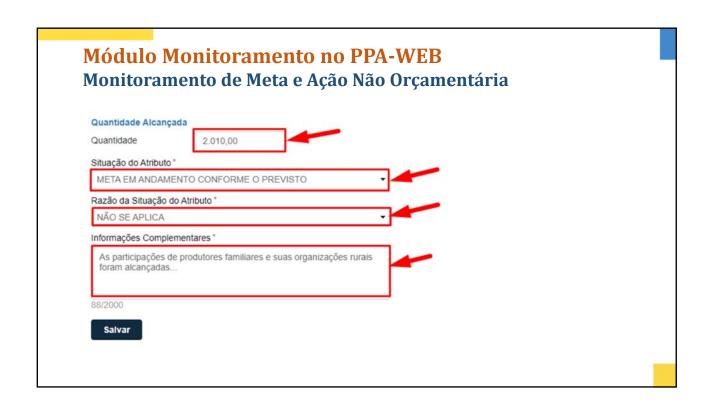












Módulo Monitoramento no PPA-WEB Situação do Atributo

INDICADOR	META	AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA
Atributo não apurado	Atributo não apurado	Atributo não apurado
Indicador sem índice desejado para o exercício	Meta não iniciada	Ação Não Orçamentária não iniciada
Indicador com índice alcançado de 0 a 25%	Meta em andamento conforme o previsto	Ação Não Orçamentária em andamento conforme o previsto
Indicador com índice alcançado de 26 a 50%	Meta em andamento em desconformidade com o previsto	Ação Não Orçamentária em andamento em desconformidade com o previsto
Indicador com índice alcançado de 51 a 75%	Meta concluída	Ação Não Orçamentária concluída
Indicador com índice alcançado de 76 a 100%		

Módulo Monitoramento no PPA-WEB Razão da Situação do Atributo

RAZÃO DA SITUAÇÃO DO ATRIBUTO	DESCRIÇÃO DO CAMPO	
Administrativa	Recursos humanos, burocracia, recursos materiais, capacitação, licitação, procedimentos internos, cronograma	
Orçamentária	Teto orçamentário insuficiente, sem ação orçamentária prevista na LOA	
Técnica	Pendência de parecer técnico de outra Unidade/Órgão	
Financeira	Sem disponibilidade financeira	
Política	O atributo não mais atende à estratégia da Unidade	
Jurídica	Suspensão de contrato, embargo ou decisão judicial	
Fenômenos naturais	Desastres naturais, variações climáticas ou chuvas que impactem a realização do atributo	
Outras	Demais razões que não se enquadram nas opções listadas.	

Módulo Monitoramento no PPA-WEB

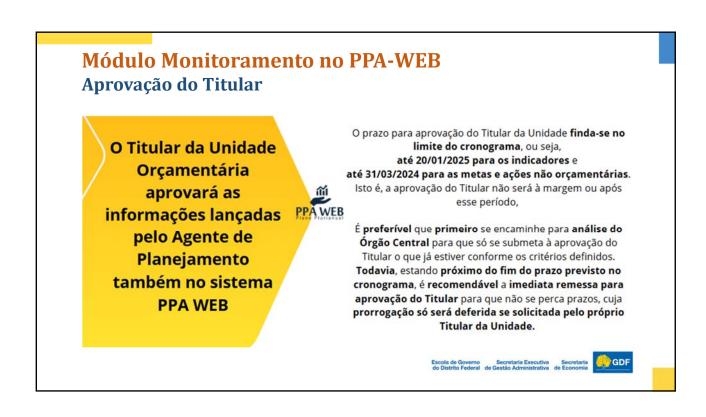
Razão da Situação do Atributo: NÃO SE APLICA

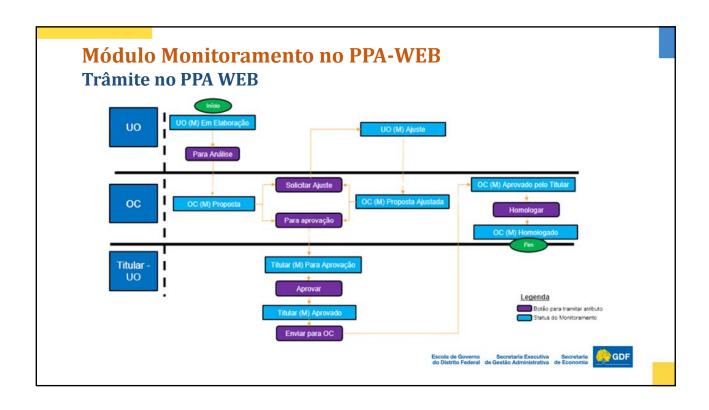
INDICADOR	META	AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA
Atributo não apurado	Atributo não apurado	Atributo não apurado
Indicador sem índice desejado para o exercício	Meta não iniciada	Ação Não Orçamentária não iniciada
Indicador com índice alcançado de 0 a 25%	Meta em andamento conforme o previsto	Ação Não Orçamentária em andamento conforme o previsto
Indicador com índice alcançado de 26 a 50%	Meta em andamento em desconformidade com o previsto	Ação Não Orçamentária em andamento em desconformidade com o previsto
Indicador com índice alcançado de 51 a 75%	Meta concluída	Ação Não Orçamentária concluída
Indicador com índice alcançado de 76 a 100%		

Módulo Monitoramento no PPA-WEB Informações Complementares

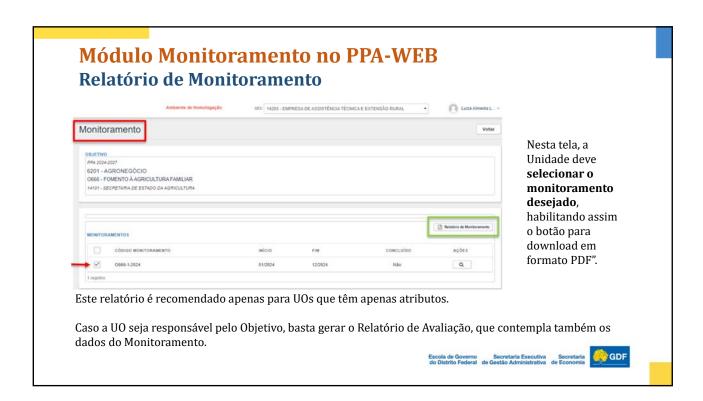
- Especificar o motivo de não ter sido possível apurar a quantidade alcançada;
- · Detalhar os demais motivos do <u>não alcance integral</u> do atributo, conforme o previsto pela Unidade;
- · Inserir as principais informações que contribuíram para a <u>realização</u> do atributo, detalhando como se deram as realizações;
- · Informar se, dada a posição atual, <u>há previsão de alcance</u> do previsto para o atributo ao final do PPA;
- <u>Período da apuração do atributo</u> quando divergente do adotado na metodologia, neste caso JAN/2024 a DEZ/2024;
- Outras informações relevantes.











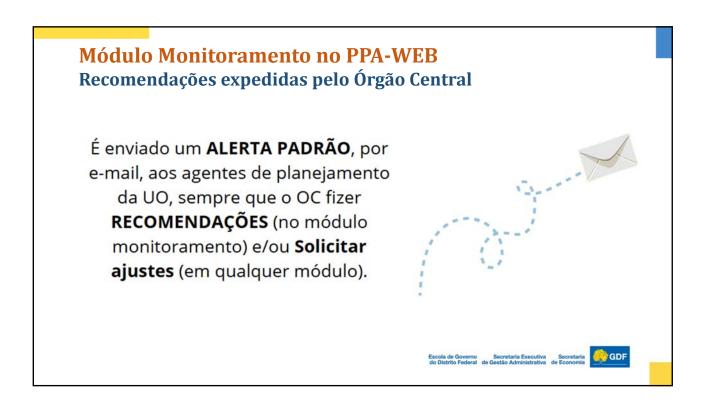
Módulo Monitoramento no PPA-WEB Recomendações expedidas pelo Órgão Central

O Sistema PPAWEB
permite que a SUPLAN
faça recomendações
às UOs nos
indicadores, metas e
ações não
orçamentárias

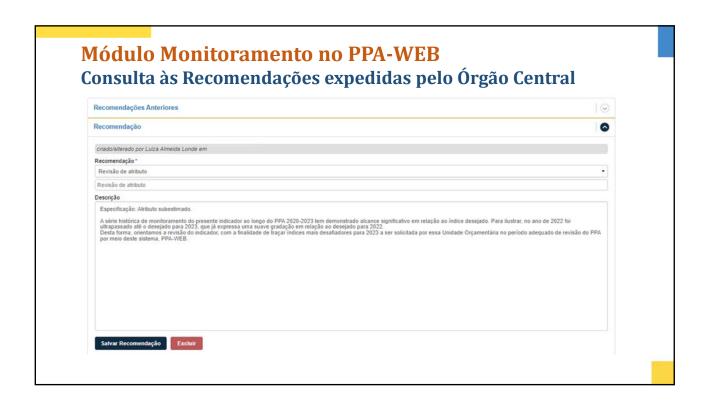
As recomendações possuem caráter sugestivo e com a finalidade de contribuir para o aprimoramento da implementação e da gestão das políticas públicas.

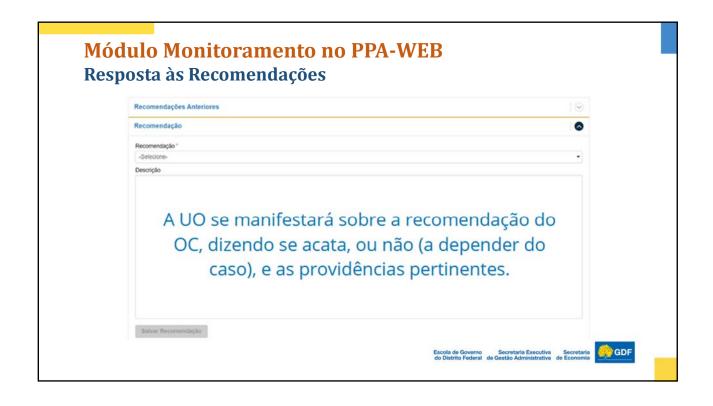
As recomendações visam corrigir falhas formais da elaboração (incongruência entre nome e descrição), melhorar a estimativa de metas e indicadores, ou contribuir com a gestão da unidade para a solução/mitigação de problemas.



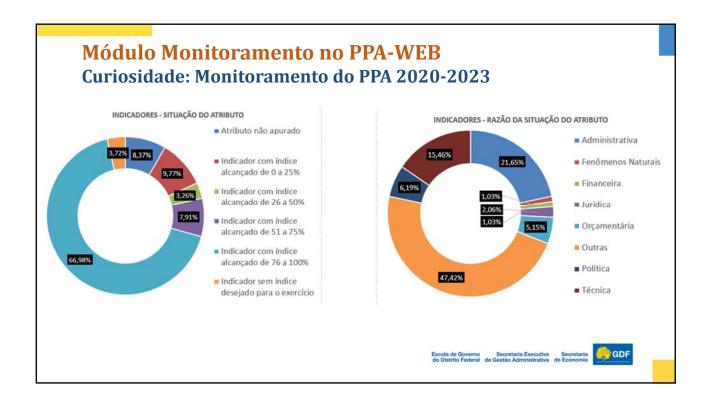


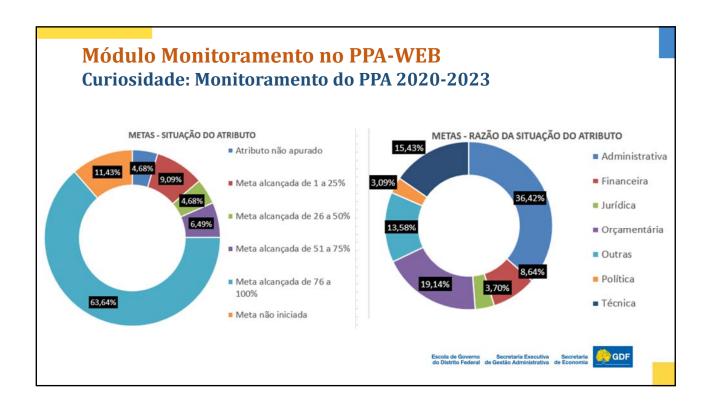


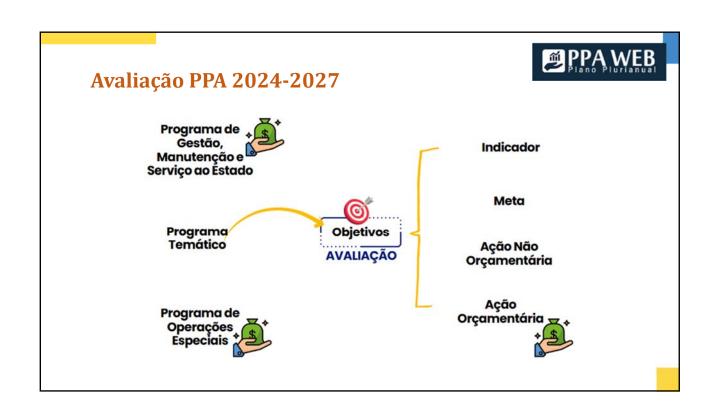












Avaliação

- Objeto: Objetivos dos Programas Temáticos;
- Quem: Unidade responsável pelo Objetivo;
- Quando: Anual (ano base anterior);
- Período de informação pelas UOs: até 31/03/2025
- Onde se processa: PPA-WEB;
- Instrumento: Relatório de Avaliação encaminhado à CLDF até 30/06/2025, juntamente com o Monitoramento dos Indicadores, Metas e Ações Não Orçamentárias;
- Fundamento normativo: LODF, art. 78, IV, e art. 80, I; Lei nº 7.378/2023, arts. 14 a 17.





Avaliação

- O Evolução do contexto econômico e social em que está inserido o Problema ou a oportunidade
- Ocomo a Unidade se organizou com seus próprios meios e recursos gerais ou com apoios externos, de outras Unidades – para enfrentar o problema ou aproveitar a oportunidade afetos àquele Objetivo
- Os principais resultados gerais alcançados
- O As principais dificuldades ou obstáculos encontrados na execução dos trabalhos

Escola de Governo Secretaria Executiva de Distrito Federal de Gestão Administrativa de Economia



Avaliação

Para subsidiar o preenchimento da Avaliação:

Contextualização do programa: apresenta um diagnóstico sucinto da política

Caracterização do objetivo: apresenta os principais problemas ou oportunidades que a Administração Pública se propôs a enfrentar ou aproveitar; os principais desafios e a forma de enfrentamento da situação; bem como os principais resultados esperados para a política em questão quando da elaboração do Plano.

Escola de Governo Secretaria Executiva Secretaria do Distrito Federal de Gestão Administrativa de Economia



Módulo Avaliação no PPA-WEB

O preenchimento só estará disponível para a UO responsável pelo objetivo, ainda que este possua atributos de outras Unidades.

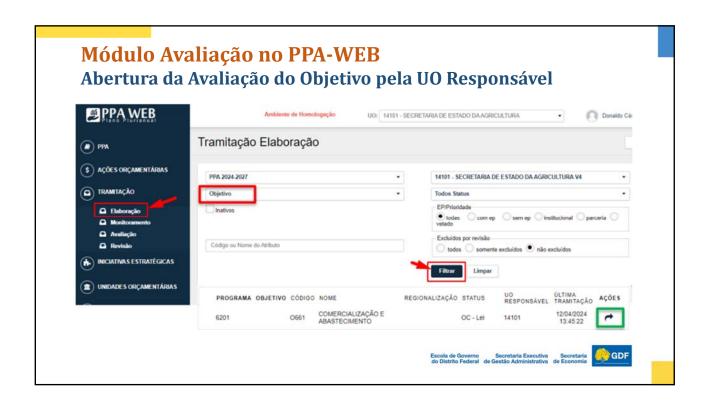
Ex.: Objetivo da SEAGRI com atributos (metas, indicadores e ações não orçamentárias) da CEASA e EMATER

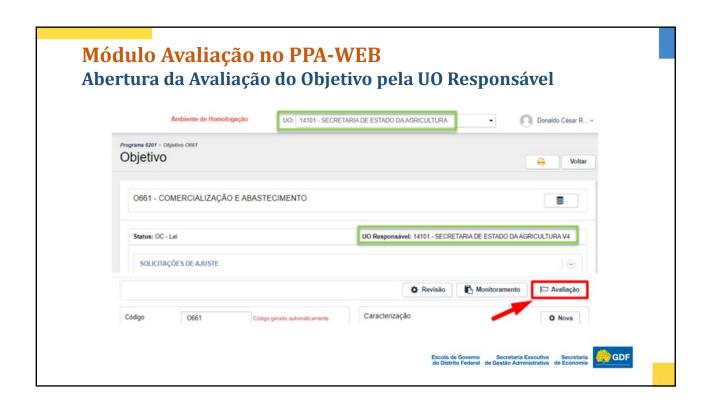
CEASA, EMATER e SEAGRI farão o monitoramento de seus respectivos atributos.

SEAGRI fará a avaliação do objetivo, levando em conta todos os atributos. inclusive de outras UOs.

Escola de Governo Secretaria Executiva de Distrito Federal de Gestão Administrativa de Economia

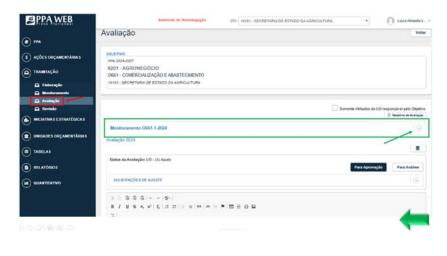






Módulo Avaliação no PPA-WEB

Visualização dos Monitoramentos que integram o Objetivo



São exibidas informações de todos os atributos vinculados ao objetivo com o resultado do monitoramento, até o momento, inclusive de outras UOs, a fim de permitir que a Unidade considere, na avaliação geral do objetivo sob sua responsabilidade, o que foi informado pelas demais UOs que contribuem para o referido objetivo.

Módulo Avaliação no PPA-WEB Aprovação do Titular

PPA WEB

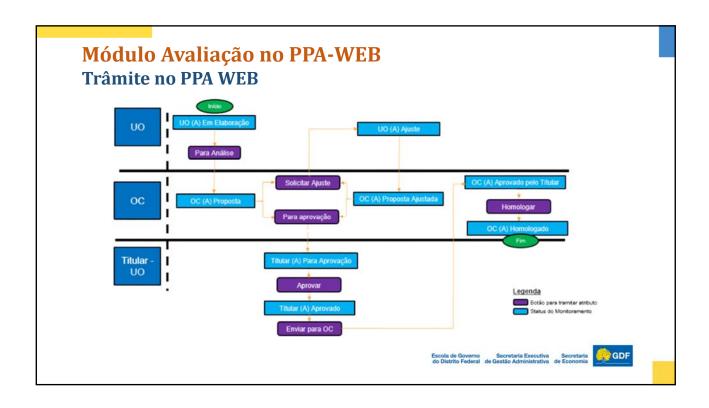
O Titular da Unidade
Orçamentária
aprovará as
informações lançadas
pelo Agente de
Planejamento
também no sistema
PPA WEB

O prazo para aprovação do Titular da Unidade **finda-se no limite do cronograma**, ou seja, **até 31/03/2025**.

Isto é, a aprovação do Titular não será à margem ou após esse período,

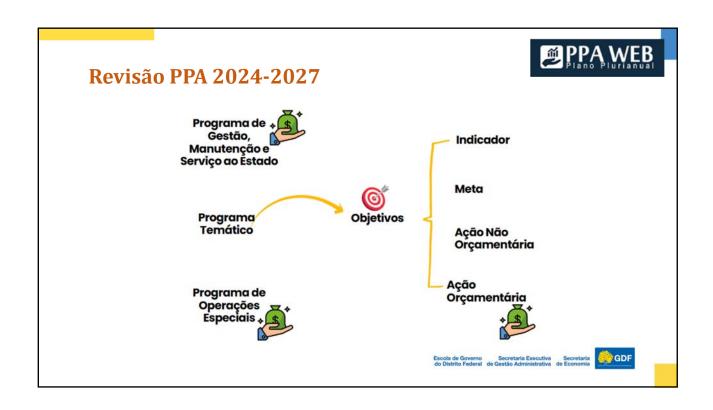
É preferível que primeiro se encaminhe para análise do Órgão Central para que só se submeta à aprovação do Titular o que já estiver conforme os critérios definidos. Todavia, estando próximo do fim do prazo previsto no cronograma, é recomendável a imediata remessa para aprovação do Titular para que não se perca prazos, cuja prorrogação só será deferida se solicitada pelo próprio Titular da Unidade.











Revisão PPA 2024-2027

- Objeto: Programas, Objetivos e Atributos do Objetivo
- Quem:
 - Programa: qualquer unidade;
 - Demais: Unidade responsável.
- Quando:
 - A qualquer tempo;
- Onde se processa:
 - PPA-WEB.
- Instrumento:
 - Programa e Ação Orçamentária: Lei;
 - Demais: Decreto.
- Fundamento normativo:
 - LODF, art. 151, § 1º; Lei nº 7.378/2023, arts. 18 a 20.

Escola de Governo Secretaria Executiva Secretaria de Gestão Administrativa de Economia

Noções gerais e conceitos fundamentais Revisão do PPA: quando é alterado por Lei e quando é por Decreto?

Revisão por Lei

Inclusão e exclusão de Programa Inclusão de ação orçamentária que não conste do PPA Exclusão de ação orçamentária

Escola de Governo Secretaria Executiva de Distrito Federal de Gestão Administrativa de Economia

Noções gerais e conceitos fundamentais Revisão do PPA: quando é alterado por Lei e quando é por Decreto?

Revisão por Decreto

- Incluir objetivo e atributos (exceto ação orçamentária)
- Excluir objetivo e atributos (exceto ação orçamentária)
- Mover objetivos entre programas
- Mover atributos entre objetivos
- Alterar:

Objetivo: Nome, descrição, Caracterização, UO Responsável

Indicador: Nome, Unidade de Medida, Índice de Referência, Data de Referência,

Periodicidade, Índices Desejados, Tendência, Fonte, UO Responsável

Meta: Nome, UO Responsável

Ação Não Orçamentária: Nome, UO Responsável

Escola de Governo Secretaria Executiva Secretaria do Distrito Federal de Gestão Administrativa de Economia



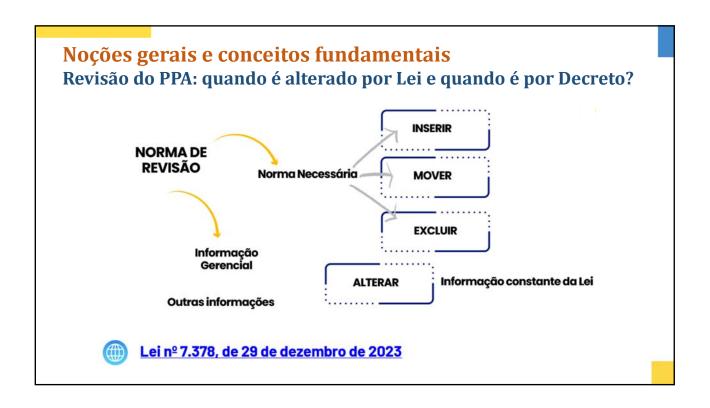
Demais informações, de

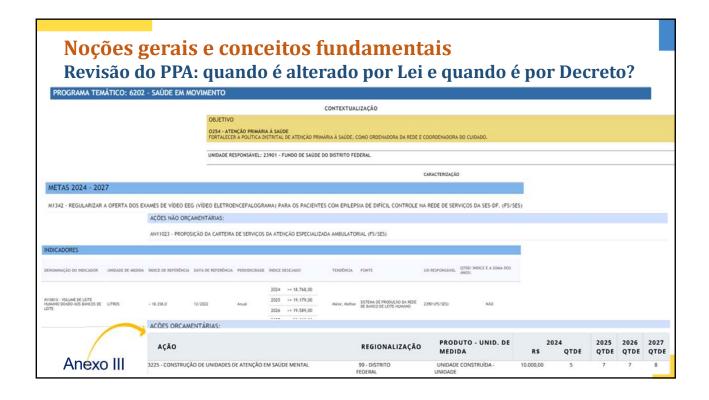
cunho gerencial,

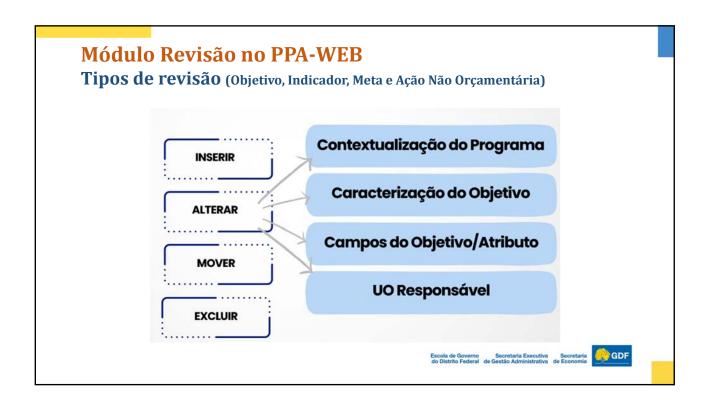
não precisam de norma para

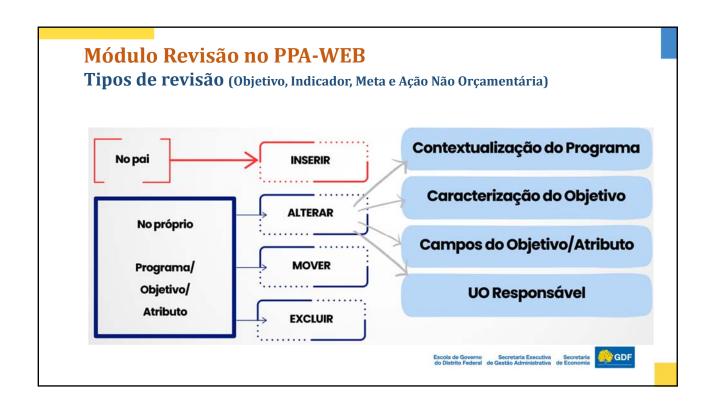
alteração.

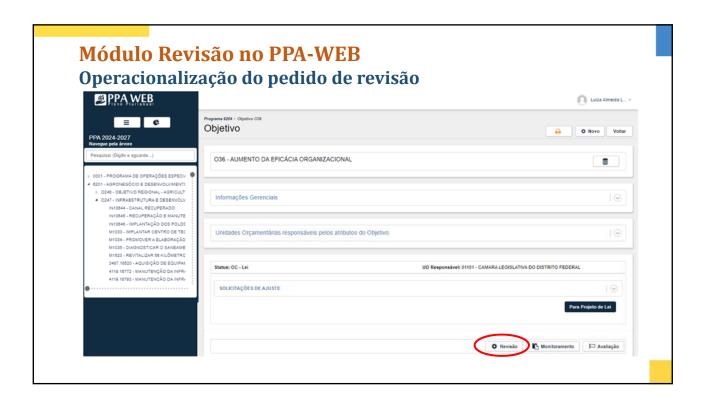
Noções gerais e conceitos fundamentais Revisão do PPA: quando é alterado por Lei e quando é por Decreto? **NORMA DE** Programa de **REVISÃO** Gestão, Indicador Manutenção e Serviço ao Estado Meta Lei Programa Objetivos Temático Decreto Ação Não Orçamentária Ação Programa de Orçamentária Operações Especiais

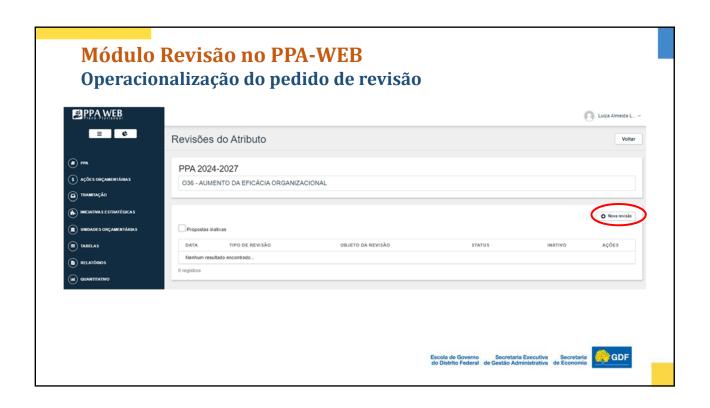


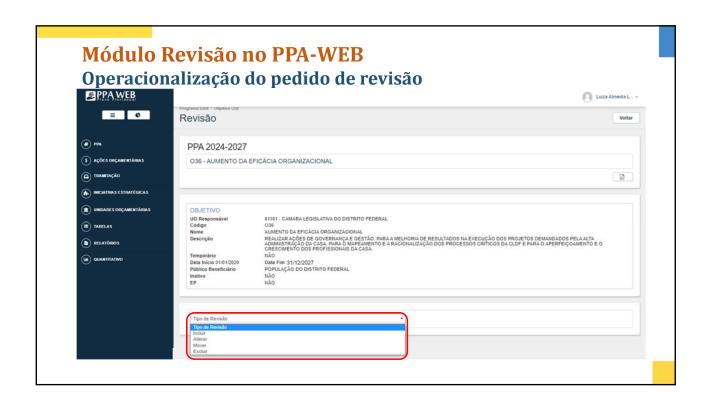


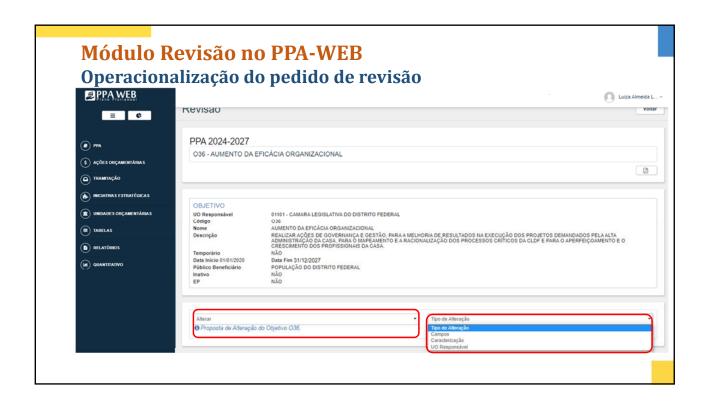


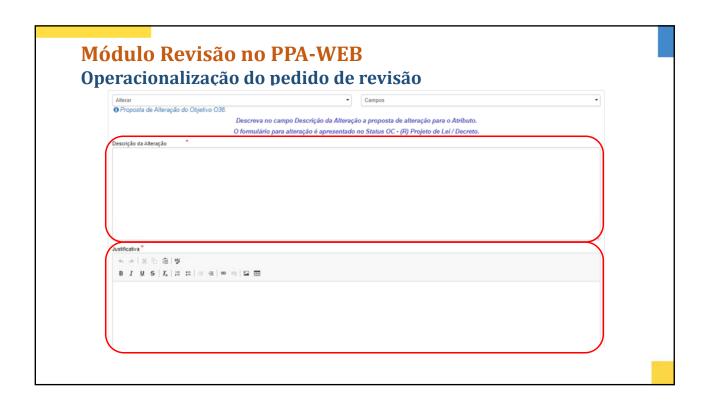


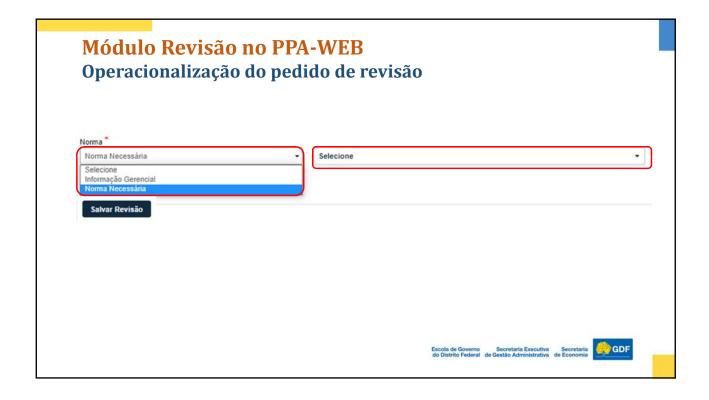












Módulo Revisão no PPA-WEB

Tipos de revisão (Ação Orçamentária)

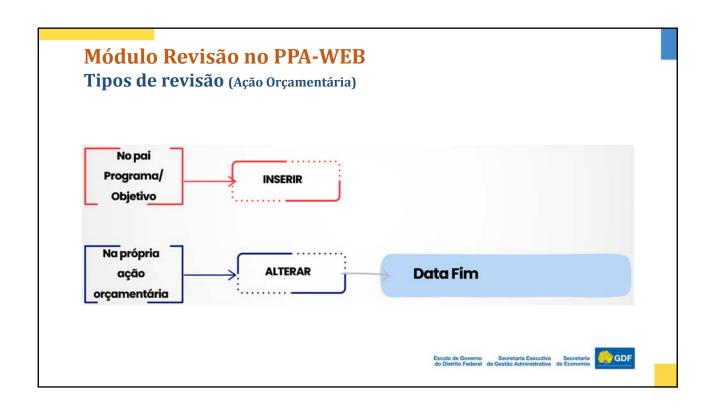
Alteração orçamentária da LOA vigente, 2023 (crédito adicional):

Orientações da Portaria SEPLAD nº 385, de 29 de maio de 2023.

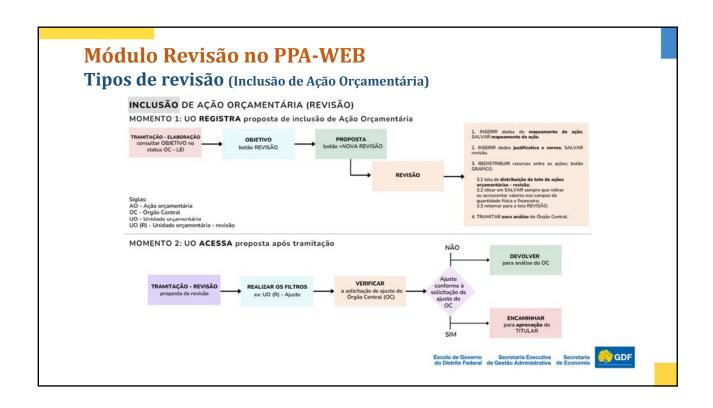
e/ou

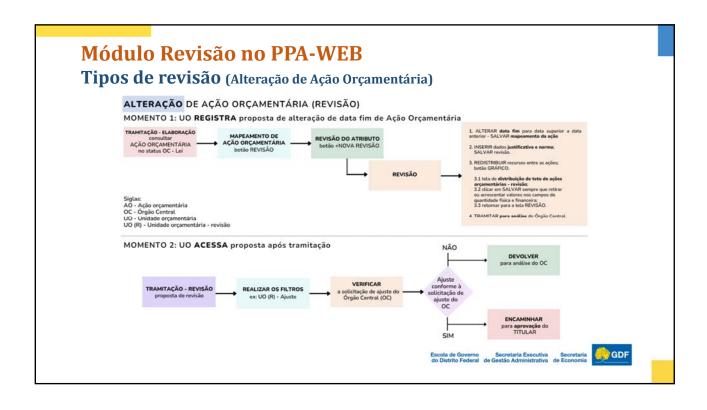
Inclusão no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA 2025)



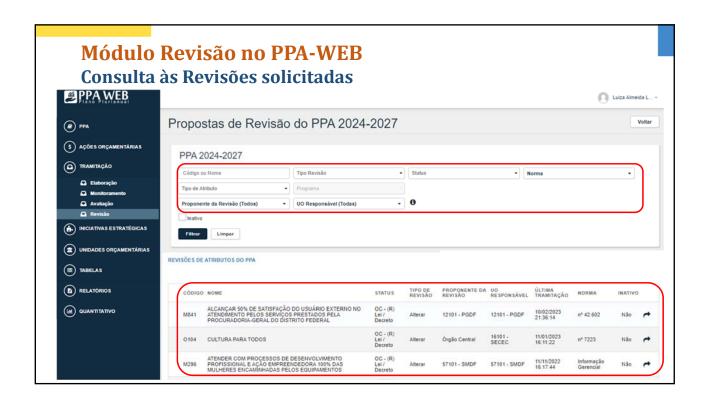


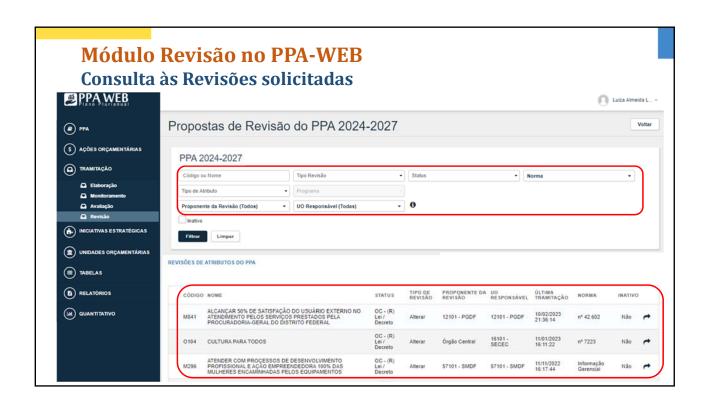


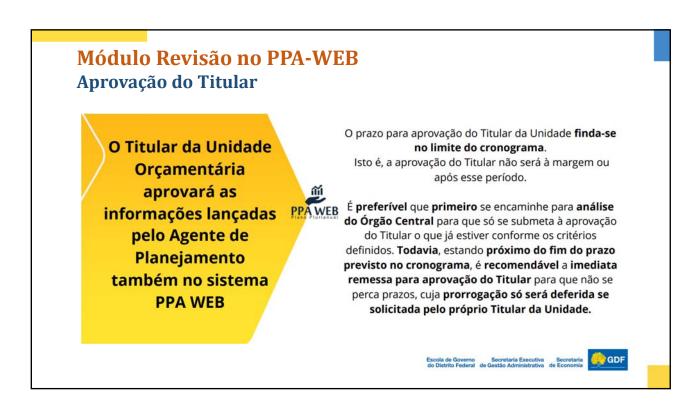


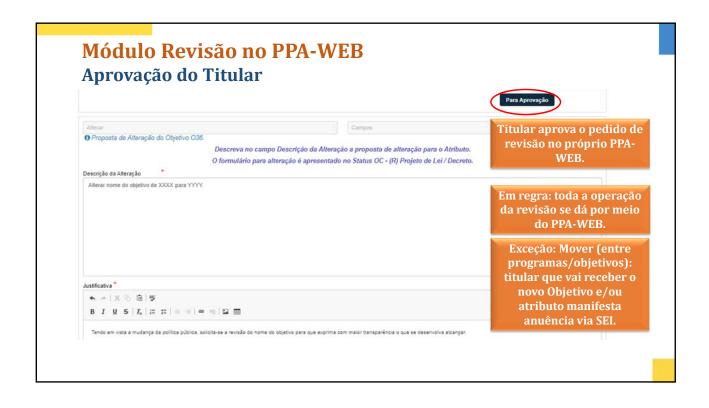


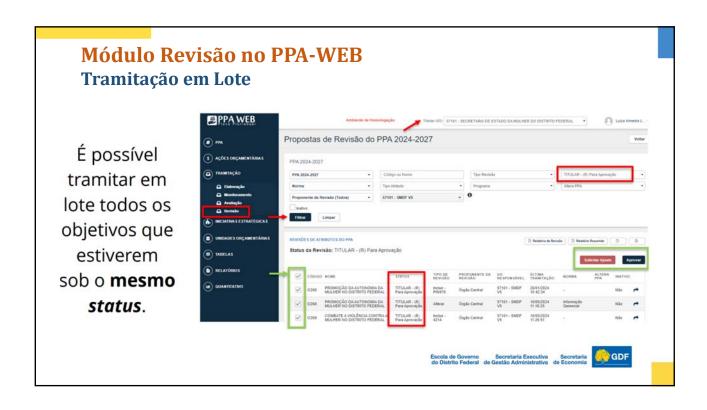
















Referências

BARCELOS, Carlos Leonardo Klein. Quinze Anos sem Aaron Wildavsky: Recordando Lições Valiosas. ANAPG, Salvador, novembro de 2008.

DYE, Thomas D. Understanding Public Policy. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1984.

EASTONE, D. A Framework for Political Analysis. Englewood Cliffs: Prentice Hall. 1965.

GARCIA, Ronaldo Coutinho; CARDOSO JR., José Celso. Subsídios para Repensar o Sistema Federal de Planejamento. Texto para Discussão do IPEA nº 2061, Brasília, março de 2015.

JONES, L. R. Aaron Wildavsky: A Man and Scholar for All Seasons. Public Administration Review, 55(1), 3, 1995. doi:10.2307/976823.

JONES, L. R. Wildavsky on budget reform. Policy Sciences, 29, 1996, pp 227-234.

KIM, Linsu. Da Imitação à Inovação: a Dinâmica do Aprendizado Tecnológico da Coreia. Tradudor: Maria Paula G. D. Rocha, Campinas, SP, Unicamp, 2015.

LASWELL, H.D. Politics: Who Gets What, When, How. Cleveland, Meridian Books. 1958.

Escola de Governo

Secretaria Executiva

Secretaria de Economia



http://egov.df.gov.br

Referências

MATUS, Carlos. O Plano como Aposta. São Paulo em perspectiva. 5 (4): 28-42 out/dez. 1991.

RESENDE, Fernando. Planejamento no Brasil: auge, declínio e caminhos para a reconstrução. Textos para Discussão CEPAL/IPEA, LC/BRS/R.232, 2010.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n^{o} 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

WILDAVSKY, Aaron. Political implications of budgetary reform. Public Administration Review, 1961, pp. 183-190.

Escola de Governo do Distrito Federal Secretaria Executiva de Gestão Administrativa

Secretaria de Ferremia



http://egov.df.gov.br

